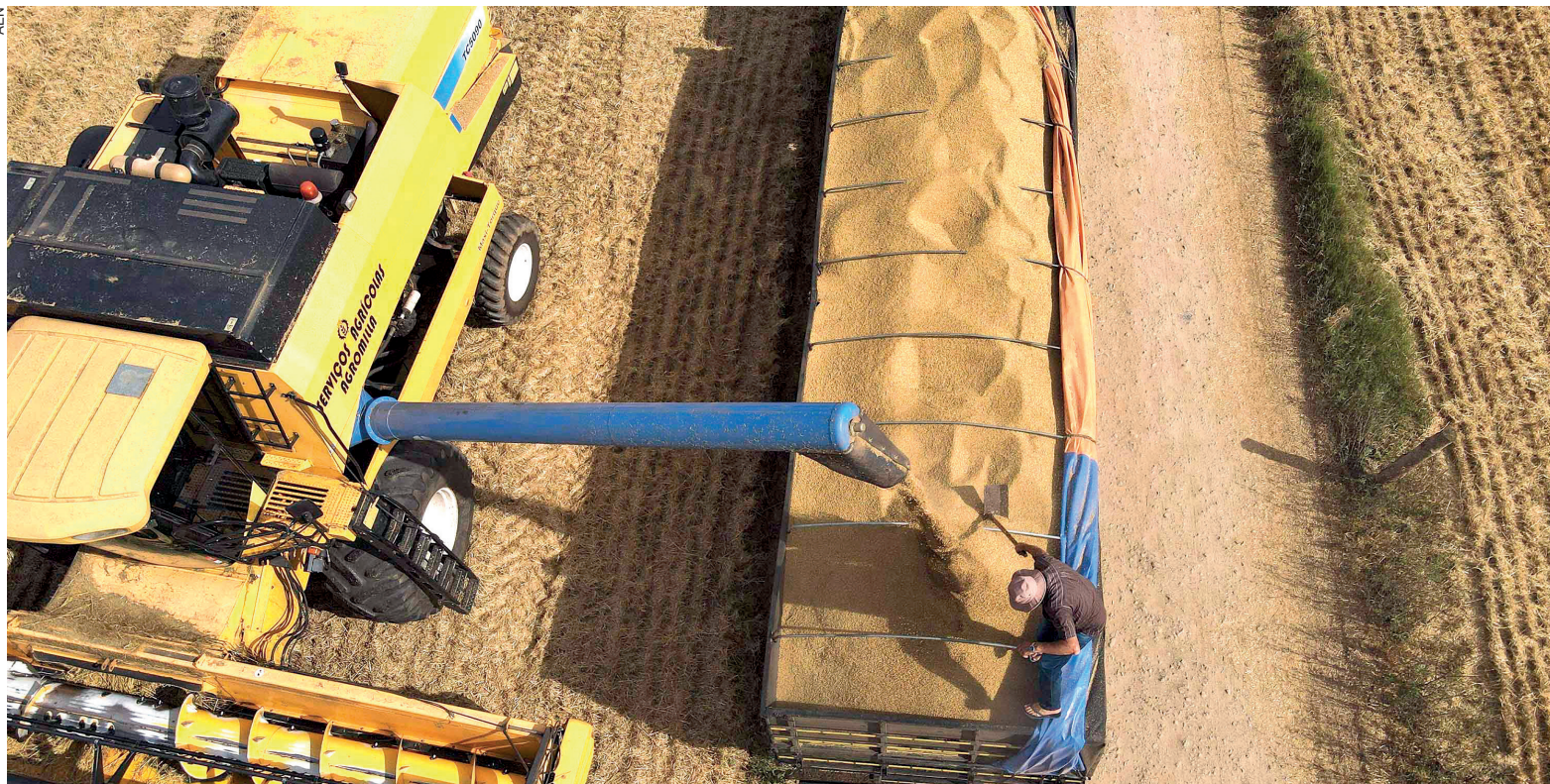




Recado para Lula: "Agro do Brasil é o mais tecnológico do mundo"



"O agro brasileiro é o mais tecnológico do mundo. A produtividade cresce ano após ano porque estamos constantemente pesquisando e revisando nossas técnicas para melhorar nosso produto". Essa foi a resposta do presidente da FPA, deputado Pedro Lupion (PP-PR), sobre a declaração do presidente Lula que ontem disse que o agro brasi-

leiro ainda precisa dar um "salto de qualidade", durante a inauguração de uma fábrica de fertilizantes em Minas Gerais. O presidente da SRO (Sociedade Rural do Oeste), Devair Bortolato, reforçou a afirmação de Lupion, classificando a fala de Lula como "infeliz": "Nosso agro é o mais tecnificado do mundo".

ELEIÇÕES 2024

Richa troca o PSDB pelo PL e movimentou o cenário no Paraná

Informe 3

SÉTIMO LUGAR

Custo da Câmara de Cascavel está entre as mais caras do Paraná

Política 3

PEC DAS DROGAS

CCJ do Senado aprova proposta que criminaliza o porte de drogas

Política 9

COPA DO BRASIL

Maringá pode ser o terceiro time do Paraná na terceira fase da competição

Esportes 12



Comissão do Senado debate e cobra aplicação da lei do Marco Temporal para levar paz e segurança jurídica para o Oeste do Paraná e o Brasil

Política 4



Bandeirada 11

Coluna OAB 4



Chegou Fosfo500 no Paraguai.



Fosfoetanolamina (Acima de 90% de pureza)

- Cálcio
- Magnésio
- Zinco

www.fosfo500.com

PELO
PARANÁADIPR
Associação dos Jornais
e Portais do Paraná

Exportador

Mais cinco frigoríficos e um entreposto paranaenses estão autorizados a exportar carne de frango para a China. As plantas habilitadas são: Jaguafrangos Indústria e Comércio de Alimentos, de Jaguapitã; Dip Frangos, de Capanema; Avenorte Avícola, de Cianorte; Plusval Agroavícola, de Umuarama; Seara Alimentos, de Santo Inácio; e Cotriguaçu Cooperativa Central, de Cascavel (entreposto).

Produtor e exportador

O Paraná é o maior produtor e exportador de frangos do País. No ano passado, o Estado enviou para o Exterior 2,1 milhões de toneladas e recebeu em troca US\$ 3,8 bilhões. Para a China, principal importador, foram entregues 682,3 mil toneladas de carne de frango, com US\$ 1,6 bilhão de faturamento.

Prioridade

Está em análise na Câmara dos Deputados o projeto de Lei, de autoria do deputado federal Luciano Ducci (PSB), que responsabiliza as instituições responsáveis por perícias e exames a assegurar prioridade, atendimento humanizado e assistência jurídica e psicológica a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. "Crianças e adolescentes são grupos vulneráveis e merecem especial atenção e proteção legal", disse.

Crescimento industrial

O Paraná teve o quinto melhor crescimento industrial do País entre as 15 regiões pesquisadas pelo IBGE. O crescimento paranaense foi puxado pela fabricação de derivados de petróleo e biocombustíveis, de bebidas, alimentos, indústria de transformação e móveis. O Estado também foi o único destaque com evolução no indicador na região Sul.

Destaque

As belezas, atrações e a natureza são destaques em mais um indicador que coloca Foz do Iguaçu como um dos principais destinos nacionais e internacionais, o quinto principal destino em turismo e lazer do Brasil, em levantamento da plataforma Omnibeas. Na lista, referente a 2023, a cidade ficou atrás somente de Rio de Janeiro, Gramado (RS), Maceió (AL) e Porto Seguro (BA).

Da Redação ADI-PR Curitiba
Coluna publicada simultaneamente em 22 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br

Intercâmbio

O governador Ratinho Junior (PSD) anunciou o Ganhando o Mundo Ciência para intercâmbio de até oito meses no exterior para universitários estaduais. O intercâmbio pode ser feito na Alemanha, Canadá, China, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Japão e Reino Unido. O Estado vai destinar R\$ 11 milhões para a nova ação de internacionalização.

Eleitores

As eleitoras e os eleitores podem tirar, transferir, regularizar ou revisar o título de eleitor até o dia 8 de maio. Os serviços estão disponíveis na internet, pelo autoatendimento (<https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral>). Só poderão votar em outubro aqueles que estiverem com o cadastro regular até o prazo indicado pela justiça eleitoral.

Cursos gratuitos

O sistema Fiep, Sesi e Senai está com vagas abertas para formação gratuita de profissionais do setor audiovisual no Paraná. Ao todo, são 2.925 vagas – duas mil vagas entre os cursos de microcinema para videomaker, produtor de locação, audiovisual e produção. Para efetivar a matrícula é necessário que os interessados residam no município onde a atividade ocorre ou podem ser consultadas na página do sistema Fiep.

Situação de emergência

A Prefeitura de Foz do Iguaçu decretou situação de emergência por epidemia de dengue. De acordo com o último boletim epidemiológico, a cidade já registra mais de 10 mil casos notificados e 1.280 confirmações da doença. O decreto prevê multas também para donos de terrenos e casas que não manterem os locais limpos.

EstaR: Terceira empresa classificada na licitação inicia a "fase de testes"

Cascavel – A terceira classificada no processo licitatório para realizar o trabalho de fiscalização e gestão do EstaR (Estacionamento Regulamentado) de Cascavel iniciou os testes para executar o serviço ontem (13). Os testes vão avaliar itens como operação do sistema e a coleta de dados por um período de 30 dias. Após esse período, a Comissão Especial Técnica fará a avaliação final do serviço e, caso aprovado, a empresa poderá começar a operar oficialmente.

A presidente da Transitar, Simoni Soares, lembrou que a primeira empresa teve problemas com a documentação e acabou não assumindo; a segunda reprovou nos testes e, agora, a terceira colocada foi convocada. A empresa iniciou a montagem dos equipamentos ainda na manhã de ontem e a expectativa é que seja aprovada, caso não seja, um novo processo licitatório terá que ser aberto.

A Lapaza Empreendimentos deve fornecer os serviços em regime de locação por três anos, incluindo o sistema integrado de leitura automática de placas de veículos, processamento, leitura de dashboard, serviços de dados móveis, armazenamento, estatística e transmissão de dados, sendo

falecimentos

GERALDA ALVES DE SOUZA (72)
JOSE BURATTO (61)
PEDRO CAVALLARI (71)
JHONATTAN LUIZ DUTRA (36)
MARCISO DA SILVA PIRES (85)
FERMINA DE RE FUZINATTO (92)
TEREZINHA MAHL (58)
OSVALDO FIOQUE (74)
JUVITA TEREZINHA RAINI (69)
LUNA VITÓRIA SILVA DOS SANTOS (0)
ANTONIO DA CRUZ FLORENCIO PEREIRA (85)
ANTONIO OSMAR DIAS DE SOUZA (71)
HELENA ZONIN SBARDELLA (91)

Óbitos registrados ontem, até às 17h, pela Acesc, em Cascavel



que a empresa será responsável por fornecer o sistema, equipamentos e o serviço.

TEMPO REAL

Segundo Simoni Soares, neste novo formato de serviço, a proposta é que a fiscalização por videomonitoramento ocorra em tempo real, diferente do que ocorre com os radares, por exemplo, aonde as imagens são armazenadas e, na sequência emitida a notificação dentro de um período legal. Neste novo modelo é um sistema de fiscalização de rotatividade de vagas, com viaturas com leitor e tecnologia embarcada, por meio de videomonitoramento e controle automatizado.

As imagens serão transmitidas para o Centro Integrado de Controle e Monitoramento, que além da questão da fiscalização das vagas, vai auxiliar na segurança pública, identificando pessoas e veículos que estejam sendo procurados. "Se tudo ocorrer conforme o programado, e a ela for aprovada, a expectativa é que o estacionamento entre em pleno funcionamento até o início do mês de maio", falou.

AMPLIAÇÃO

Neste novo formato serão cinco viaturas caracterizadas, com dois agentes de fiscalização, para atuar nas 5.720 vagas espalhadas pela cidade. Além

disso, na sequência a ideia é de ampliar a quantidade de áreas fiscalizadas que são um pedido da população, como é o caso da Carlos Gomes e da Rocha Pombo, locais que atualmente estão desassistidos. Outro ponto importante é que serão fiscalizadas vagas ocupadas irregularmente, como aquelas de curta duração, idosos e pessoas com deficiência, porque atualmente não tem como fiscalizar com o atual efetivo.

Atualmente, o veículo pode ficar por até duas horas no local estacionado e, após esse tempo, deve se dirigir a outra vaga, mas a fiscalização continua ocorrendo no formato antigo e apenas pelos agentes de trânsito que fazem o trabalho de forma manual e a pé. Caso seja identificado que o veículo está na vaga por um tempo superior, ele será notificado como infração grave, o que impacta em cinco pontos na CNH (Carteira Nacional de Habilitação) e multa de R\$ 195.

O objetivo do EstaR é que haja uma rotatividade de vagas de estacionamento na região central da cidade, o que acaba sendo um problema na maioria das cidades com uma grande frota de veículos e a implantação de sistemas de cobrança e de fiscalização é a forma encontrada pelos municípios para conseguir "equilibrar" a disputa por uma vaga.

expediente

DESDE 15 DE MAIO DE 1976

O Paraná

Direção-Geral
Clarice Roman

Editor-chefe
Paulo Alexandre de Oliveira
editoria@oparana.com.br
www.oparana.com.br

Jornal Oparana S/A CNPJ: 21.819.026/0001-36

Redação, administração, publicidade e oficinas
Rua Rio Grande do Sul esquina com Uruguai, 2.601 - Cascavel - PR
CEP 85.801.011 - Telefone Central (45) 3321-1000

Emails

redacao@oparana.com.br
comercial@oparana.com.br
assinaturas@oparana.com.br

REPRESENTANTE NACIONAL

Merconeti
(41) 3079-4666



Câmara de Cascavel é a 7ª mais cara entre as 20 maiores cidades do PR

Cascavel – O Observatório Social de Cascavel realizou um levantamento com o objetivo de avaliar o custo por vereador das Câmaras Municipais das 20 maiores cidades do Paraná. A pesquisa foi realizada com base nos orçamentos dos legislativos de 2023, com dados retirados do TCE-PR (Tribunal de Contas do Paraná). De acordo com os números apurados pelo Observatório, a Câmara de Cascavel é a 7ª mais cara entre os 20 municípios avaliados, com um custo de R\$ 1.277.211,42, por vereador.

Para chegar a essa conclusão, o Observatório Social apurou o número de habitantes do município, a quantidade de vereadores de cada Câmara, o orçamento que o Poder Executivo destinou ao Legislativo em 2023, os valores empenhados no exercício e, proporcionalmente, chegou aos números de quanto custa cada “cadeira” na Câmara. Vale lembrar que o custo não é quanto cada vereador gasta, mas sim todos os custos do legislativo, como salário de servidores, despesas operacionais, entre outros.

De acordo com os dados, em 2023, a Câmara de Cascavel teve um orçamento de R\$ 32.335.000,00 e empenhou o montante de R\$ 26.821.439,82 no decorrer do ano passando, sendo que R\$ 5.513.560,18 foi o valor devolvido à Prefeitura de Cascavel. Sendo assim, o total

de gastos dividido pelo número de cadeiras somou em média R\$ 1.277.211,42, durante os 12 meses do ano passado.

OUTRAS CÂMARAS

Apesar do custo de cada vereador de Cascavel ser maior do que R\$ 100 mil por mês, o legislativo cascavelense foi o 7º mais caro na lista entre as cidades pesquisadas. Outros municípios com menos vereadores chegaram a custar quase o dobro.

De acordo com o levantamento, a Câmara com o maior custo por vereador é a de Curitiba, que têm um custo médio de R\$ 4.111.566,15 por vereadores. O legislativo municipal da Capital é composto por 38 parlamentares. Seguindo de Londrina, que possui 19 cadeiras e um custo de R\$ 2.270.825,58. Em terceiro

lugar aparece a Câmara de Foz do Iguaçu, com 15 vereadores e um custo de R\$ 2.232.445,31, bem como a Câmara de Maringá, que têm 15 vereadores e um custo de R\$ 2.123.414,10 por vereador/ano. A Câmara de São José dos Pinhais, que assim como a de Cascavel possui 21 vereadores, têm um custo de R\$ 1.933.962,24, de acordo com o levantamento do Observatório.

No entanto, algumas câmaras com a mesma quantidade de vereadores de Cascavel se destacam pela economia, como é o caso da Câmara de Guarapuava, que possui 21 vereadores e têm um custo vereador/ano de R\$ 845.276,06.

A Câmara de Toledo também aparece na lista, com 19 vereadores e um custo de R\$ 773.812,12 vereador/ano.

CONFIRA OS CUSTOS DOS LEGISLATIVOS

CIDADE	NºVEREADORES	CUSTO MÉDIO ANUAL
Curitiba	38	R\$ 4.111.566,15
Londrina	19	R\$ 2.270.825,58
Maringá	15	R\$ 2.123.414,10
Ponta Grossa	19	R\$ 965.552,60
Cascavel	21	R\$ 1.277.211,42
São José dos Pinhais	21	R\$ 1.933.962,24
Foz do Iguaçu	15	R\$ 2.232.445,31
Colombo	17	R\$ 950.727,45
Guarapuava	21	R\$ 845.276,03
Araucária	11	R\$ 2.202.233,91
Toledo	19	R\$ 773.812,12
Fazenda Rio Grande	13	R\$ 676.862,64
Paranaguá	19	R\$ 1.130.853,67
Campo Largo	11	R\$ 1.123.957,79
Apucarana	11	R\$ 1.237.598,98
Pinhais	17	R\$ 897.672,96
Almirante Tamandaré	15	R\$ 525.221,15
Arapongas	15	R\$ 866.045,97
Piraquara	13	R\$ 734.149,16
Sarandi	10	R\$ 782.964,19

Cobrança extra pelo ar-condicionado em transporte de passageiro em debate na Alep

Curitiba - A Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa do Paraná iniciou a discussão do projeto de lei nº 17/2024, de autoria do deputado Hussein Bakri (PSD), que dispõe sobre os procedimentos adotados contra cobranças adicionais não previstas por motoristas de transportes de passageiros de plataformas de aplicativos no Estado do Paraná. O texto tem o objetivo de vedar a cobrança abusiva aos consumidores pelo uso do ar-condicionado em serviços de transportes de

passageiros de plataformas de aplicativos.

A medida recebeu um pedido de vista apresentando pelo Fábio Oliveira (Podemos) e volta à pauta de discussão nas próximas sessões. O texto diz que consumidor de serviços de transportes de passageiros de plataformas de aplicativos tem o direito, desde o momento da contratação do serviço, de receber informação clara e precisa quanto ao funcionamento ou não de ar-condicionado nos veículos em todas as categorias disponíveis no aplicativo.

O autor da proposta diz que, enquanto não houver a adequação das plataformas, fica proibida a cobrança de valor adicional pela utilização de ar-condicionado. O texto diz ainda que a cobrança poderá ser efetuada desde que prevista contratualmente entre a plataforma digital e o motorista. Esta será considerada abusiva quando qualquer valor adicional eleve o preço do serviço sem justa causa. As sanções administrativas propostas pela medida estão previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Informe da redação

editoria e colaboradores

Beto Richa no PL

O ex-governador do Paraná e ex-prefeito de Curitiba, Beto Richa, está de “malas prontas” para o PL (Partido Liberal), partido do ex-presidente Jair Bolsonaro. Richa se reuniu ontem (13), em Brasília com a executiva nacional da sigla e acertou os detalhes. Beto também anunciou a pré-candidatura à Prefeitura de Curitiba nas eleições de outubro. O deputado estadual Ricardo Arruda, também participou do encontro.

Em Curitiba

A ida de Beto Richa para o PL vai mexer no cenário da disputa em Curitiba. Além do contraponto a candidatura do PT na Capital Paranaense, a pré-candidatura de Richa é contraponto à candidatura indicada pelo Governador do Paraná. Agora, Richa precisa acertar com o PSDB a saída, já que, caso ele troque de partido sem carta de anuência, corre o risco de perder o mandato como deputado federal.

estariam se passando por agentes públicos do Procon de Cascavel, a prefeitura emitiu um alerta informando que o Procon não realiza atendimento domiciliares na cidade e que, se alguém receber visita de um suposto agente, deverá avisar o Procon por meio do telefone (45) 3392-6300 e também acionar a polícia.

Destinação IR

A Prefeitura de Cascavel, em parceria com a Câmara de Vereadores, o Sincovel (Sindicato dos Contabilistas de Cascavel e região) e o IDM (Instituto Décio Mertz), lançaram a Campanha Tributo à Cidadania, que tem como objetivo incentivar os contribuintes a destinarem parte do Imposto de Renda às entidades sociais que atendem pessoas em vulnerabilidade social.

Arrecadação

O presidente do Sincovel, Willian Fischer, destaca que Cascavel tem potencial para destinar até R\$ 20 milhões do Imposto de Renda às entidades, mas a média tem sido de apenas R\$ 2 milhões. No ano passado, foram arrecadados R\$ 1.121.352,27 para o Fundo da Infância e Adolescência e R\$ 936.589,47 para o Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa.

Desoneração da folha

O Ministério da Fazenda pretende limitar o corte na alíquota previdenciária dos municípios para os que têm até 50.000 habitantes. Pela regra original, a desoneração (redução ou isenção de impostos) vale para aqueles com até 156,2 mil residentes. Outro critério para validade da nova desoneração nas prefeituras é a receita líquida per capita, que não poderia passar de R\$ 3.895 reais.

Em Cascavel

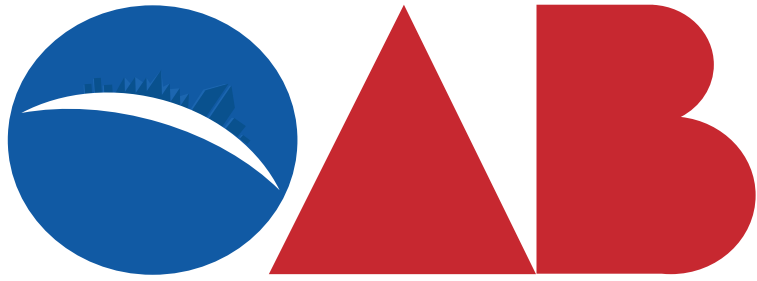
O ex-prefeito Edgar Bueno, como confirmou o presidente do PSDB de Cascavel ao O Paraná, Maurício Theodoro, volta ao “ninho tucano”, em festa marcada para o próximo dia 22. Segundo Theodoro, a presença do presidente nacional da sigla, o ex-governador de Goiás Marconi Perillo, na festa de filiação de Edgar Bueno deve ser confirmada nesta quinta-feira (14).

Richa x Bueno?

O cenário para disputa pela Prefeitura de Cascavel fica cada vez mais acirrado. Vale lembrar que, na Capital do Oeste, o PL é alinhado ao prefeito Leonaldo Paranhos, que tem no vice-prefeito Renato Silva, o virtual candidato a sucessão. Edgar Bueno foi secretário de Estado no Governo Beto Richa e, sem dúvida, contava com o apoio do “ex-tucano” na disputa pelo que seria seu quarto mandato como prefeito de Cascavel... Maurício Theodoro disse à coluna que, “até onde tenho informação, tudo continua como está; o PSDB terá candidato a prefeito de Cascavel, [...] confirmada a filiação do Edgar no dia 22”.

Golpe do Procon

Após receber denúncias de que algumas pessoas



50 anos da OAB Cascavel

Avançam os preparativos para as festividades que marcarão os 50 anos da OAB Cascavel, em junho. A Comissão Especial, presidida pela Dra. Clarissa Sgarioni, já tem a estrutura do evento desenhada e está finalizando alguns detalhes para o lançamento das vendas dos convites. A festa deve marcar de forma primorosa o meio século da subseção, congregando toda a advocacia. Há um olhar especial para a advocacia iniciante, inclusive com incentivos para a participação no evento. Acompanhe as redes sociais da OAB Cascavel e fique por dentro!

Lançamento de livro

Ocorrerá, no dia 04/04, às 18h30, o lançamento do livro “Desafios da Implementação da Inteligência Artificial no Sistema Judicial”, escrito pelo Dr. Eduardo Villa Coimbra Campos. O evento ocorrerá na sede da OAB Cascavel, sendo realizado pela Comissão de Eventos, com apoio da Comissão de Direito Digital e Inovação. Para participar, basta se inscrever. Mais informações no Instagram da OAB Cascavel.

Dia da Mulher em Cascavel



Um evento inspirador em alusão ao Dia Internacional da Mulher foi realizado no dia 06/03 pela OAB Cascavel. A palestra “Mulheres Fortes e Carreiras Brilhantes”, ministrada pela psicóloga Deise Rosa no Centro de Convivência dos Advogados de Cascavel, foi uma verdadeira jornada de crescimento. Foi uma noite muito especial de muito entrosamento. Mais uma vez, a OAB Cascavel trazendo oportunidades de valorização e congraçamento.

Capitão L. Marquês

No dia 07/03, um evento marcante foi realizado pela OAB Cascavel na Casa da Cultura de Capitão Leônidas Marques: “Espira, inspira e não pira! Saúde mental para as mulheres”. A presença da psicóloga Deise Rosa, compartilhando suas experiências e vivências, enriqueceu o encontro. Além dos valiosos conhecimentos compartilhados, houve arrecadação de produtos de beleza e higiene pessoal para doação. A ação teve apoio da Secretaria de Assistência Social, Cultura e Cidadania, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Capitão e do Sicredi.



Prerrogativas

A Comissão de Defesa das Prerrogativas Profissionais realizou uma reunião no último dia 08/03, na sede da OAB Cascavel, com importantes assuntos tratados. Foi deliberado que, a partir de abril, haverá visitas nas comarcas da Subseção para ouvir e fortalecer a advocacia. Também foi tratado sobre o 2º encontro Paranaense de Prerrogativas que será realizado em Cascavel, com organização da Seccional e apoio local. A Comissão também tratou sobre questões pontuais relacionadas às prerrogativas.

Prerrogativas II

A Comissão de Defesa das Prerrogativas atua em plantão 24h para atender a advocacia e busca abranger todas as dificuldades profissionais dos advogados. O telefone de contato do plantão da Comissão é: (45) 9 9950-7900. A OAB Cascavel incentiva que os advogados tenham esse número salvo e lembre-se sempre de que a comissão está à disposição diuturnamente. Respeito à prerrogativa do exercício profissional, advocacia forte e valorizada.

Marco temporal: Com tensão em Guaíra, CRA cobra aplicação da lei

Brasília - A CRA (Comissão de Agricultura e Reforma Agrária) promoveu, ontem (13), audiência pública para debater a demarcação de terras indígenas no Oeste do Paraná. O presidente da comissão, senador Alan Rick (União-AC), abriu a reunião, mas passou a presidência para o senador Sergio Moro (União-PR), que solicitou a audiência (REQ 3/2024). Para Moro, a Lei do Marco Temporal (Lei 14.701, de 2023) representou um avanço. Ele apontou, no entanto, que algumas regiões do país vêm enfrentando problemas com a aplicação da lei.

Moro afirmou que no Oeste do Paraná há bastante insegurança, principalmente na região do município de Guaíra. “Há uma grave incerteza do Executivo sobre o marco temporal. Isso tem trazido insegurança jurídica na região oeste do Paraná, podendo descambar até para a violência. É um microcosmo que reflete a situação do país. Quero rogar ao governo que cumpra a lei”, pediu Moro.

O senador Zequinha Marinho (Podemos-PA) questionou a transparência no serviço de antropólogos contratados pela Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas). Ele também disse que “lamentavelmente o STF não lê da forma como está escrito na Constituição sobre o marco temporal”. Para a senadora Margareth Buzetti (PSD-MT), o problema da demarcação não se resume ao Paraná. Ela disse que a Funai precisa zelar não apenas pelos indígenas, mas por todos os brasileiros. “Precisamos de paz. Ou nós chegamos a um consenso ou não vai dar certo”, registrou a senadora.

A senadora Tereza Cristina (PP-MS) disse que é fundamental que a Funai e o Ministério da Justiça informem ao país os processos de demarcação de terras indígenas. Para a senadora, muitos produtores estão impedidos de trabalhar na própria terra, por conta dessa insegurança jurídica. Ela questionou se a Funai não reconhece a



legitimidade do Congresso em legislar sobre o tema e aprovar o marco temporal.

O deputado Pedro Lupion (PP-PR), presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) acompanhou a audiência e falou autorizado pelo senador Moro. Ele disse que como produtor rural e representante do Paraná sabe da importância do agronegócio para seu estado. O deputado ainda disse saber da militância ideológica dentro da Funai e recomendou aos servidores do órgão a suspensão de todos os processos de demarcação.

SITUAÇÃO COMPLEXA

O prefeito de Guaíra, Heraldo Trento (foto), afirmou que o Oeste do Paraná tem vivenciado uma situação muito complexa. Ele fez um relato de perdas de receitas para seu município, desde a implantação da Usina de Itaipu até mudanças na lei do ICMS – que, segundo ele, prejudicaram o caixa do município. Para o prefeito, a demarcação de terras indígenas tem gerado muita insegurança jurídica e riscos sanitários, tanto para

a agricultura quanto para a pecuária.

Trento disse conhecer muitos indígenas que eram integrados na sociedade, mas que hoje demandam por terra. “Guaíra nunca foi ouvido nesses pretensos processos de demarcação. São ocupações urbanas e rurais. Esses absurdos precisam ser registrados neste momento. Precisamos encontrar um bom termo que pacifique essa situação”, declarou.

O procurador jurídico da Faep (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), Klaus Dias Kuhnen, disse que a lei do marco temporal deve ser respeitada por todos. Segundo Kuhnen, os municípios de Terra Roxa, Altônia e Guaíra registraram invasões de terra produtiva pelos indígenas a partir de 2014. Ele fez uma defesa da importância do agronegócio para o Paraná e que mesmo terras registradas antes de 1988 têm sido invadidas por indígenas. De acordo com o procurador, muitos produtores têm tido dificuldade de conseguir crédito junto aos bancos, porque suas terras estão em disputa pela demarcação.

O Marco temporal

O Senado aprovou, em setembro do ano passado, o projeto que deu origem à lei do marco temporal (PL 2.903/2023). Alguns trechos foram vetados pelo presidente Lula, mas o Congresso derrubou esses vetos, em dezembro de 2023. O STF, por sua vez, já vinha analisando a questão e definiu em setembro do ano passado que é inconstitucional limitar a demarcação à data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988.

Já neste ano, PT, PCdoB e PV entraram com nova Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI 7583, com pedido de liminar, no Supremo. Os partidos argumentam que o STF já concluiu que a adoção desse marco temporal para definir a ocupação tradicional da terra pelas comunidades indígenas não é compatível com a proteção constitucional aos direitos dos povos indígenas sobre seus territórios. Por outro lado, partidos de oposição pediram ao STF que confirme a validade da lei do marco temporal (ação declaratória de constitucionalidade – ADC 87).

Setor reage e responde: “Agro do Brasil é o mais tecnológico do mundo”

Cascavel – A estratégia adotada pelo Governo Lula de estreitar o diálogo com o agronegócio não começou bem. A mais recente declaração do presidente provocou reação imediata do setor produtivo. Na manhã de ontem (13), ao participar da inauguração de uma fábrica de fertilizantes em Serra do Salitre, no Triângulo Mineiro, ele disse que o agronegócio precisa de um salto de qualidade.

“Ainda precisamos dar um salto de qualidade para que a gente possa fazer jus ao grau de investimento que a gente fez em ciência, tecnologia e genética nesse País”, disse Lula, aproveitando para pedir mais exportação das commodities soja e milho, por conta da tecnologia existente hoje.

A reportagem do Jornal O Paraná conversou deputado federal pelo PP do Paraná, o presidente da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária), Pedro Lupion, sobre essa nova declaração do presidente Lula, envolvendo o agronegócio. Para ele, a agropecuária brasileira deu e continua dando esse “salto” citado pelo presidente. “O agro brasileiro é o mais tecnológico do mundo. A produtividade cresce ano após ano porque estamos constantemente pes-



Agronegócio brasileiro é exemplo para o mundo e força motriz da economia nacional

quisando e revisando nossas técnicas para melhorar nosso produto”.

O presidente da FPA recorreu ao algodão produzido no Brasil, para comprovar esse avanço tecnológico presente no Brasil. Ele disse que é possível rastrear a origem de toda e qualquer roupa brasileira. “Isso tudo é feito pelo setor sem ajuda do governo. Estamos sempre buscando mais tecnologia e ampliando o valor agregado da produção”.

Sobre a questão dos fertilizantes, Lupion comentou que é importante que o próprio governo não impeça essa evolução, uma vez que para grupos ambientalistas, alinhados ao governo, a produção de fertilizantes seria prejudicial para o meio ambiente.

SRO

A declaração de Lula ecoou

pelas principais regiões produtoras, entre as quais, o Oeste paranaense. O presidente da SRO (Sociedade Rural do Oeste do Paraná), Devair Bortolato, o Peninha, classificou a declaração de “infeliz”. Para ele, a fala é uma demonstração de desconhecimento do presidente sobre o agronegócio brasileiro. “Nosso agro é o mais tecnificado do mundo e um dos que mais respeito ao meio ambiente, por meio da adoção de práticas sustentáveis e concebidas de forma a causar o menor impacto possível no ecossistema”, declara, citando como exemplo o plantio direto, recuperação e correção de solo e manejo adequado das aplicações. E esse modelo utilizado como referência no mundo não se restringe apenas às commodities. No setor de proteína animal, os cuidados são ainda maiores em relação à sanidade.

“Narcomilícia evangélica”: Mendonça rebate declaração de Gilmar Mendes

Brasília – A fala desastrosa do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Gilmar Mendes, foi rebatida pelo também ministro da Côrte, que é evangélico, André Mendonça. Em nota Mendonça disse que conversou com Gilmar Mendes sobre a denúncia de que grupos evangélicos estariam se aliando a milicianos e traficantes no Rio de Janeiro. As suspeitas foram publicadas em reportagens na imprensa e o Supremo teria recebido a informação durante uma reunião que contou com a presença de Mendes e do presidente do Supremo, Roberto Barroso.

De acordo com as denúncias, “haveria um acordo entre

narcotraficantes, milicianos e pertencentes a uma rede evangélica ou integradas a uma rede evangélica”.

“Primeiramente, registro que conversei com o ministro Gilmar Mendes sobre o ocorrido. Na ocasião, sua excelência reafirmou-me seu respeito à comunidade evangélica, que de sua parte não houve qualquer intenção em constranger seus membros e que estaria à disposição da liderança da Igreja para conversar e esclarecer o assunto”, declarou Mendonça, em nota.

Mesmo assim, Mendonça não poupou crítica são colega: “Em segundo lugar, importa anotar o grau de generalidade

que teria sido dado pelo orador presente em referida reunião (“narco-milícia evangélica” ou “rede evangélica”). Se isso ocorreu, trata-se de fala grave, discriminatória e preconceituosa, pois dirigida a uma comunidade religiosa em geral”.

E acrescentou que “posso afirmar, com muita segurança, que se há uma rede evangélica nesse país, ela é composta por mais de 1/3 da população, a qual se dedica sistematicamente a prevenir a entrada ou retirar pessoas do mundo do crime, em especial aqueles relacionados ao tráfico e uso de drogas, que tanto sofrimento causam às famílias brasileiras”.

Esplanada

Colaboraram Leandro Mazzini, com Walmor Parente, Carol Purificação e Tom Camilo

Twitter @colunaesplanada



Na margem de erro

O índice de aprovação do Governo Lula III está, em média, próximo aos registrados no início dos segundos anos das gestões do petista, em 2004 e 2008. Conforme levantamento da Coluna, sondagem CNI/Ibope de março de 2004 apontava 54% de aprovação. Oscilou para 51% dois meses depois. Em 2008, a aprovação do petista foi de 58%, segundo o CNI/Ibope, e chegou a 70% no fim daquele ano, segundo pesquisas do Datafolha e CNT/Sensus. Sondagem Quaest divulgada há uma semana aponta que 51% dos entrevistados aprovam o trabalho do presidente Lula da Silva na atual gestão e 46% desaprovam. A aprovação recuou três pontos percentuais na comparação com a pesquisa anterior, realizada em dezembro de 2023.

Na maciota



O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, adota postura distinta do antecessor, Flávio Dino, para evitar indisposição com o Congresso. Toma café e dialoga com parlamentares da oposição e governistas com frequência. Foi assim que amaciou a Comissão de Segurança da Câmara que adiou convocação para se explicar sobre a fuga em Mossoró.

Bola da vez

Além do Paraná – caso se confirme a cassação do senador Sergio Moro (União-PR) -, Santa Catarina também poderá ter novas eleições para o Senado Federal. O senador Jorge Seif Junior (PL) é a bola da vez no TSE que irá analisar a contundente recomendação do MP Eleitoral pela cassação dele e dos suplentes.

Joias da Câmara

As moedas finas que o ex-presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, recebeu do governo de Belize estão intactas no acervo da Casa. Assim como os outros 340 presentes recebidos por outros ex-deputados presidentes, como Michel Temer, João Paulo Cunha, Eduardo Cunha e Rodrigo

Maia. Nenhum foi retirado ou vendido e alguns estão expostos no salão verde da Câmara.

Persona non grata

O atual diretor-geral da Agência Nacional de Mineração (ANM), Mauro Henrique Moreira Sousa, virou o principal alvo da CPI da Braskem. Prestou depoimento à comissão e a constatação foi de que ele dificulta o acesso às informações. Por isso, foi ligeira a aprovação da quebra do seu sigilo bancário, de 2022 a 2024.

Carreiras & histórias

O empresário José Carlos Grubisich é o convidado do quinto encontro virtual “Carreiras e histórias de orgulho na Rhodia”, promovido pela Associação Ródano, que reúne funcionários e ex-funcionários da companhia. O ex-presidente da Rhodia na América Latina vai falar sobre experiências profissionais e pessoais à frente de uma das maiores empresas químicas do mundo.

ESPLANADEIRA

Juliana Reinhardt, da Trane, é a nova presidente do Comitê de Mulheres da Abrava. # Café Royal estreou no GNT série documental sobre violência contra as mulheres. # Fundação SURA abre inscrições para o edital “Cultura Latino-Americana”. # Academia da Cerveja, da Ambev, oferece três mil vagas para mulheres. # Escritório Kasznar Leonardos conquista o selo de Empresa B. # Relaxmedic marca presença na 18ª edição da Abradilan Coneção Farma.



RDC Concessões S.A.

(anteriormente denominada Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas)

CNPJ/MF nº 02.228.721/0001-89 - NIRE 41.300.015.775

Demonstrações Financeiras 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas: A Administração da RDC Concessões S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A RDC Concessões S.A. ("RDC" ou "Companhia"), foi constituída em 03 de novembro de 1997 sob a forma de Sociedade de Propósito Específico, e tendo por objeto social, único e exclusivo, a exploração do Lote 003, conforme disposto no Contrato de Concessão resultante da concorrência pública internacional 003/96 - DER/PR (o "Contrato de Concessão"), concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. O Contrato de Concessão, com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR, assinado em 14 de novembro de 1997, possuía prazo final em 27 de novembro de 2021. Em 11 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou: (a) a alteração da razão social da Companhia para RDC Concessões S.A.; (b) o endereço da sede para Rua Paraguaí, 605, sala 4, bairro Alto Alegre, na cidade de Cascavel - PR; e (c) o objeto social da Companhia para: (i) a exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário, inclusive a prestação de serviços para concessionárias, aquisição de participa-

ções acionárias em concessões e/ou compra e venda de créditos relacionados a concessões de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionadas aos negócios referidos no item anterior; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive incorporação e exportação; e (iv) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a RDC agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros. **Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras. **Resultados:** Considerando que o contrato de concessão da Companhia, encerrou-se em 27 de novembro de 2021, a Administração da Companhia não apresenta valores comparativos, uma vez que em 2023 não houve operação relacionada ao contrato de concessão. **Operacionais:** Conforme descrito acima, não há dados operacionais no ano de 2023. **Econômicos e Financeiros: Receita Bruta e Líquida:** Em 2023, não houve valores de receita bruta e/ou líquida. **Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$4,8 milhões em 2023. Para mais informações sobre os Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 15 da Demonstração Financeira da Companhia. **EBITDA:** Em 2023, o EBITDA atingiu R\$14,9 milhões negativos. **Resultado Financeiro:** O resultado financeiro líquido foi de R\$0,7 milhão

positivo, redução de R\$15,5 milhões em relação a 2022, devido, principalmente, aos juros ativos sobre as debêntures privadas contabilizados no exercício de 2022. Para mais informações sobre o resultado financeiro, vide Nota Explicativa nº 16 da Demonstração Financeira da Companhia. **Prejuízo Líquido do Exercício:** Em 2023, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$14,3 milhões. **Disponibilidade Financeira:** A Companhia encerrou o exercício de 2023 com saldos distribuídos entre caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$6,5 milhões. **Governança Corporativa:** As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site www.ecorodovias.com.br/ri. **Relacionamento com os Auditores Independentes:** Informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., foi contratada para prestação dos seguintes serviços no exercício de 2023: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"). Os honorários relativos ao exercício de 2023 totalizaram R\$60,6 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente. **Declaração da Diretoria:** A Diretoria da RDC Concessões S.A., declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Cascavel - PR, 13 de março de 2024.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.953	2.475		
Aplicações financeiras	6	1.593	26		
Tributos a recuperar		1.289	9.236		
Despesas antecipadas		17	106		
Outros créditos		7.774	13.959		
Total do ativo circulante		15.626	25.802		
Não Circulante					
Depósitos judiciais	7	667	646		
Imobilizado	8	7	20		
Total do ativo não circulante		674	666		
Total de Ativo		16.300	26.468		
Passivo e Patrimônio Líquido Circulante					
Fornecedores				329	780
Impostos, taxas e contribuições a recolher				15	394
Obrigações sociais e trabalhistas				895	885
Partes relacionadas	11			-	32
Obrigações com poder concedente	12			40	51
Dividendos a pagar	14.e			-	1.240
Acordo de Leniência	12			10.124	18
Outras contas a pagar				23	1.852
Total do passivo circulante				11.426	5.252
Não Circulante					
Provisão para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	13			2.190	3.021
Outras contas a pagar				2.267	4.746
Total do passivo não circulante				4.457	7.767
Patrimônio Líquido / Passivo a Descoberto					
Capital social	14.a)			9.468	9.468
Reserva de lucros - legal	14.b)			261	261
Reserva de lucros - orçamento de capital	14.c)			3.720	3.720
Reserva de lucros - dividendos	14.d)			1.240	-
Prejuízos acumulados				(14.272)	-
Total do patrimônio líquido				417	13.449
Total do Passivo e Patrimônio Líquido				16.300	26.468

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Reserva de capital		Reservas de lucros		Orçamento de capital	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total
		Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos não distribuídos	Legal			
Em 1º de Janeiro de 2022		250.968	748	-	-	-	(78.163)	173.553
Absorção prejuízo conforme AGE 07/07/2022		(77.415)	(748)	-	-	-	-	-
Redução de capital conforme AGE 07/07/2022		(172.585)	-	-	-	-	(172.585)	-
Aporte de capital		8.500	-	-	-	-	8.500	8.500
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	5.221	5.221
Destinação do lucro:								
Reserva legal	14.e)	-	-	261	-	-	(261)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	14.e)	-	-	-	-	(1.240)	(1.240)	(1.240)
Constituição de reserva - Orçamento de capital	14.e)	-	-	-	-	3.720	(3.720)	-
Em 31 de Dezembro de 2022		9.468	-	261	-	3.720	-	13.449
Em 1º de Janeiro de 2023		9.468	-	261	-	3.720	-	13.449
Reserva de dividendos não distribuídos	14.d)	-	-	-	-	1.240	-	1.240
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(14.272)	(14.272)
Em 31 Dezembro de 2023		9.468	-	261	-	3.720	(14.272)	417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A RDC Concessões S.A. ("RDC" ou "Companhia"), foi constituída em 03 de novembro de 1997 sob a forma de Sociedade de Propósito Específico, e tendo por objeto social, único e exclusivo, a exploração do Lote 003, conforme disposto no Contrato de Concessão resultante da concorrência pública internacional 003/96 - DER/PR (o "Contrato de Concessão"), concedida pelo Estado do Paraná, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórios e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como desenvolvimento e aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros. O Contrato de Concessão, com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR, assinado em 14 de novembro de 1997, possuía prazo final em 26 de novembro de 2021. Em 11 de abril de 2022, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou: (a) a alteração da razão social da Companhia para RDC Concessões S.A.; (b) o endereço da sede para Rua Paraguaí, 605, sala 4, bairro Alto Alegre, na cidade de Cascavel - PR; e (c) o objeto social da Companhia para: (i) a exploração, direta ou indireta, de negócios envolvendo concessão de obras e serviços públicos no setor rodoviário, inclusive a prestação de serviços para concessionárias, aquisição de participa-

ções acionárias em concessões e/ou compra e venda de créditos relacionados a concessões de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins; (ii) a prestação de serviços de consultoria, assistência técnica e administração de empresas quando relacionadas aos negócios referidos no item anterior; (iii) o exercício de atividades conexas ou relacionadas ao objeto social, direta ou indiretamente, inclusive incorporação e exportação; e (iv) a participação como sócia, acionista ou quotista de outras sociedades ou empresas. As ações da Companhia são de titularidade da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. A respeito da finalização do Contrato de Concessão, em novembro de 2021, a Companhia esclarece que as principais rubricas de seu balanço patrimonial (intangível e provisão para manutenção) foram totalmente realizadas conforme suas naturezas até a data de encerramento do Contrato de Concessão. No que tange as Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias e obrigações decorrentes do Acordo de Leniência, os saldos poderão permanecer em aberto e baixados conforme as liquidações dos referidos processos. Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia finalizou os procedimentos de entrega, para reversão, de todos os bens da Concessão ao Poder Concedente, tais como: a rodovia e suas faixas marginais, as edificações: praças de pedágio, postos de pesagem de veículos, bases de atendimento ao usuário, unidades de conservação e terrenos destinados às atividades vinculadas a Concessão (bens classificados como Ativo Intangível), de acordo com as cláusulas XXXII e XXXIII do Contrato de Concessão, tendo cumprido assim todas as cláusulas contratuais. Os bens considerados não reversíveis, tais como: *hardwares*, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos e outros (classificados como Ativo Imobilizado) e *softwares* (classificados como Ativo Intangível), foram vendidos ou doados para instituições beneficentes até o final do exercício de 2022. Em 12 de março de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras. a) Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em Inglês): Com o objetivo de trabalhar os temas ESG e contribuir com a Sustentabilidade do nosso negócio, o Grupo EcoRodovias, aprovou a sua Agenda ESG 2030, no Conselho de Administração. Dentro dessa agenda, o Grupo EcoRodovias traça diversos compromissos, incluindo o pilar de estratégia climática, relacionada a mitigação das emissões dos gases de efeito estufa. Para maiores informações vide o Relatório Integrado 2023 da EcoRodovias. O objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo EcoRodovias trabalhou para estabelecer os alicerces de um plano de descarbonização. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e escopo 2 (aquisição de energia elétrica) que porventura não puderem ser eliminadas por suas ações de mitigação. A prática de aquisição de créditos de carbono ocorre desde 2013 e será mantida no decorrer dos próximos anos. Outro compromisso da Agenda ESG 2030 é com relação à adaptação do Grupo EcoRodovias às mudanças climáticas. Nesse tópico, o Grupo EcoRodovias já realizou estudos com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e longo prazo (anos de 2030 e 2050). Os cenários avaliados incluem inundações, deslizamentos de terra, ondas de calor, entre outros. Os efeitos negativos decorrentes destes cenários foram considerados no estudo, incluindo impactos financeiros decorrentes da perda da receita (diminuição ou interrupção no fluxo de veículos, custos diretos para saneamento do evento, seguros, processos jurídicos e de multas), no caso de a Companhia não adotar medidas de adaptação. Os estudos serão atualizados no ano de 2024 com o objetivo de incluir os riscos de transição nas análises, bem como as medidas de adaptação já implementadas. Os resultados desses trabalhos são incluídos dentro da metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento de ações e diminuição dos efeitos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar colapsos de infraestrutura. b) Conflito entre Rússia e Ucrânia: Em fevereiro de 2022, a Rússia lançou uma invasão militar em larga escala e agora está envolvida em um amplo conflito militar com a Ucrânia. Em resposta, governos e autoridades em todo o mundo, incluindo os Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia, anunciaram diversas sanções e restrições à exportação a certas empresas, instituições financeiras, indivíduos e setores econômicos da Rússia e Bielorrússia. A Rússia, por sua vez, anunciou contramedidas com vistas a punir empresas estrangeiras pela interrupção de suas atividades. Tais sanções e demais medidas, não afetam os negócios da Companhia. c) Reforma tributária sobre o consumo: Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um imposto seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC. Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. d) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023		31/12/2022	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas	15	(4.818)	(6.017)		
Outras receitas (despesas), líquidas			1	(1.449)	
Acordo de Leniência	12	(10.124)	-		
Prejuízo Operacional		(14.941)	(7.466)		
Receitas financeiras	16	1.341	20.035		
Despesas financeiras	16	(672)	(3.892)		
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas		669	16.143		
Lucro/(Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(14.272)	8.677		
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(3.456)		
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício		(14.272)	5.221		
Lucro/(Prejuízo) Líquido por Ação - Básico e Diluído (Em Reais)	17	(1,51)	0,03		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	(14.272)	5.221
Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(14.272)	5.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(14.272)	5.221
Ajustes para reconciliar o lucro/(prejuízo) líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	6	(237)
Perda/baixa do ativo imobilizado e intangível	7	2.485
Provisão e atualização monetária para perdas ambientais, cíveis, trabalhistas e tributárias	406	477
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	(17)
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(27)	(27)
Tributos diferidos	-	1.195
Juros ativos - debêntures privadas/mútuos	-	(18.485)
Provisão e atualização monetária acordo de Leniência	10.124	3.238
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	-	194
Tributos a recuperar	7.947	(773)
Despesas antecipadas	89	(61)
Depósitos judiciais	6	73
Outros créditos	6.185	(1.353)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(451)	(10.036)
Obrigações sociais e trabalhistas	10	(2.425)
Partes relacionadas - fornecedores	(32)	(2.354)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(379)	(1.256)
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(1.237)	(951)
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(11)	(211)
Outras contas a pagar	(2.474)	(4.207)
Pagamento Acordo de Leniência	(1.852)	(69.569)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	4.045	(99.079)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aplicações financeiras	(1.567)	9
Partes relacionadas - Debêntures privadas/mútuos	-	262.388
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de investimento	(1.567)	262.397
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aporte de capital	-	8.500
Redução de capital	-	(172.585)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	(164.085)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	2.478	(767)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.475	3.242
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.953	2.475
Aumento (redução) de caixa e equivalentes	2.478	(767)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgments", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. As alterações mencionadas acima não causaram impactos materiais para a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS"), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations

continua ...

... continuação

RDC CONCESSÕES S.A. - CNPJ/MF nº 02.228.721/0001-89 - NIRE 41.300.015.775

Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando estes forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Ativos financeiros:** Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro. **Classificação dos ativos financeiros:** Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Custo amortizado:** O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas. O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. A receita de juros é reconhecida no resultado e incluída na rubrica "Receitas financeiras" (Nota 16). **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando o reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. **Passivos financeiros:** Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. **Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução ao valor recuperável de ativos específicos: **Ativos intangíveis:** Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **c) Provisões gerais:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. **d) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2023. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitem aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** a alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos

do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2024. • **Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** a alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements - SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (a) Os termos e condições dos acordos SFAs; (b) Para a data de início e fim do período de reporte: (i) O valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. (ii) O valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros em (i) para os quais os fornecedores já receberam pagamento dos provedores de financiamento. (iii) Intervalo de datas de vencimento de pagamentos de passivos financeiros em (i) e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs. (c) Alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros em b (i). (d) Concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. O IASB forneceu isenção temporária para divulgação de informações comparativas no primeiro ano de adoção dessa alteração. Nesta isenção, também estão incluídos alguns saldos iniciais de abertura específicos. Além disso, as divulgações exigidas são aplicáveis apenas para períodos anuais durante o primeiro ano de aplicação. A referida alteração entra em vigor em 1º de janeiro de 2024. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia: e) **Lucro/(prejuízo) básico e diluído por ação:** O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. O lucro/(prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhuma categoria de ações potenciais que provocariam diluição. f) **Benefícios a empregados - Plano de contribuição definida:** Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os serviços são prestados pelos empregados. g) **Participação dos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes, ao EBITDA (*Earnings Before Income Taxes, Depreciation and Amortization*), e metas individuais de cada colaborador. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contemplados a seguir: • **Taxa de desconto:** A determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes. **Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos:** A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos.....	1	4
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a).....	4.814	515
Operações compromissadas (b).....	-	1.799
Aplicações automáticas (c).....	138	157
	<u>4.953</u>	<u>2.475</u>

a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador, podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda de valor. Com base em seu regulamento, o fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 75,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 24,9% aplicações em Cotas de Fundo. (Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de aplicações financeiras era composta por 95,1% aplicações em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 4,9% aplicações em Cotas de Fundo). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas eram remunerados à taxa de 85% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (em 31 de dezembro de 2023 não existem valores alocados nessa modalidade), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e está aplicada a curtíssimo prazo sendo utilizada antes de 30 dias e não sofre a incidência de IOF. c) A Companhia possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, a Companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas Fundo - BTG CDB Plus (a).....	1.561	26
Cotas Fundo - FIDC_ECO (b).....	32	26
	<u>1.593</u>	<u>26</u>

(a) Em 31 de dezembro 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2022), vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. (b) Em 31 de dezembro 2023, s recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento.

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

A natureza dos depósitos judiciais é:

	31/12/2023	31/12/2022
Natureza		
Cível.....	520	499
Trabalhista.....	147	147
	<u>667</u>	<u>646</u>

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas. As principais causas que resultaram nos depósitos judiciais descritos acima, estão divulgadas na Nota 13 Provisão para Perdas Cíveis, Trabalhistas e Tributárias.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício.....	646	692
Baixas.....	(6)	(73)
Atualização monetária.....	27	27
Saldo no fim do exercício.....	<u>667</u>	<u>646</u>

8. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Máquinas e Hardwares	Móveis e equipamentos	Utensílios	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	11,8	-	-	-	-	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2022.....	74	-	16	-	1	91
Baixas.....	(23)	-	(12)	-	(1)	(36)
Saldos em 31/12/2023.....	<u>51</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>55</u>

	Máquinas e Hardwares	Móveis e equipamentos	Utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31/12/2022.....	(57)	-	(13)	-	(1)	(71)
Adições.....	(6)	-	-	-	-	(6)
Baixas.....	19	-	9	-	1	29
Saldos em 31/12/2023.....	<u>(44)</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(48)</u>

	RESIDUAL					
Em 31/12/2023.....	7	-	-	-	-	7
Em 31/12/2022.....	17	-	3	-	-	20

	Máquinas e Hardwares	Móveis e equipamentos	Utensílios	Veículos	Outros	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	25,0	-	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	-	-	-	-	-	-
CUSTO						
Saldos em 31/12/2021.....	14.437	4.827	1.753	8.775	5.821	35.613
Baixas (a).....	(14.363)	(4.827)	(1.737)	(8.775)	(5.820)	(35.522)
Transferências.....	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2022.....	<u>74</u>	<u>-</u>	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>91</u>

	Máquinas e Hardwares	Móveis e equipamentos	Utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldos em 31/12/2021.....	(13.753)	(3.874)	(1.543)	(8.320)	(5.548)	(33.038)
Adições.....	(159)	(99)	(34)	(202)	(75)	(569)
Baixas (a).....	13.855	3.973	1.564	8.522	5.622	33.536
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(57)</u>	<u>-</u>	<u>(13)</u>	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(71)</u>

	RESIDUAL					
Em 31/12/2022.....	17	-	3	-	-	20
Em 31/12/2021.....	684	953	210	455	273	2.575

(a) De acordo com a Nota 1, os bens do ativo imobilizado foram vendidos e/ou doados para instituições beneficentes até o final do exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não havia bens do ativo imobilizado como garantia de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não forma identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 31 de dezembro de 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

9. INTANGÍVEL

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão era reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estavam disponíveis para uso, já que esse método era o que melhor refletia o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. Não existem movimentações de intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

	Contratos de Concessão de terceiros	Software	Direito de Uso - CPC06 (R2)	Outros	Total
Taxa anual de amortização - %	-	20,0	-	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	-	-	-	-	-
CUSTO					
Saldos em 31/12/2021.....	856.124	4.194	14	2.783	863.115
Baixas.....	(984)	(4.194)	-	-	(5.178)
Saldos em 31/12/2022.....	<u>855.140</u>	<u>-</u>	<u>14</u>	<u>2.783</u>	<u>857.937</u>
AMORTIZAÇÃO					
Saldos em 31/12/2021.....	(856.124)	(3.520)	(13)	(2.783)	(862.440)
Adições.....	982	(175)	(1)	-	806
Baixas.....	2	3.695	-	-	3.697
Saldos em 31/12/2022.....	<u>(855.140)</u>	<u>-</u>	<u>(14)</u>	<u>(2.783)</u>	<u>(857.937)</u>

	RESIDUAL					
Em 31/12/2022.....	-	-	-	-	-	-
Em 31/12/2021.....	-	674	1	-	-	675

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não houve capitalização referente a encargos financeiros de financiamentos vinculados a intangível em andamento.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social: Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social.....	(14.272)	8.677
Aliquota fiscal vigente.....	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada.....	4.852	(2.950)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Despesas indutíveis.....	(2)	(5)
Incentivos fiscais (PAT).....	(8)	51
Acordo de Leniência.....	(3.442)	(1.101)
Créditos tributários não constituídos (a).....	(1.803)	-
Outros.....	403	549
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	<u>-</u>	<u>(3.456)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	-	(2.261)
Impostos diferidos.....	-	(1.195)
Taxa efetiva.....	0%	39,8%

(a) Em razão da finalização do Contrato de Concessão, não foram constituídos créditos tributários sobre o prejuízo fiscal, em virtude de não haver expectativa de realização futura.

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício provisão IR/CS.....	-	-
Despesa IR/CS DRE.....	-	2.261
Total de IR/CS pagos.....	-	(2.261)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS.....	<u>-</u>	<u>-</u>

(b) Provisão para Imposto de renda e contribuição social:

11. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora direta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*). Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

RDC CONCESSÕES S.A. - CNPJ/MF nº 02.228.721/0001-89 - NIRE 41.300.015.775

Objeto	Companhia	Natureza	Contrato (se aplicável)			A	Saldo	Receita	Outras informações				
			Data início	Data final	Total					realizar	Passivo	Vencimento	financeira
a)	CBB Ind.e Com.de Asfaltos e Engenh.Ltda.] TB Transportadora Betumes Ltda. Total em 31 de dezembro de 2023 Total em 31 de dezembro de 2022	Outras partes relacionadas	15/12/2020	31/01/2023	70.697	9.572	-	-	-	-	-	N/A	-
							32	18.485	10.515				

(a) Fornecimento e transporte de material asfáltico.
Remuneração dos administradores: Em Assembleia Geral Ordinária de 18 de abril de 2023, foi definido que não haveria pagamento de remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2023. A remuneração de seu diretor estatutário é feita pela sua coligada Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

12. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

Parcelas:	31/12/2023	31/12/2022
Verba Polícia Rodoviária (a)	40	51
	40	51

(a) **Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária.** A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia. A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	51	262
Pagamento do principal	(11)	(211)
Saldo no final do exercício	40	51

(b) **Informações adicionais:** Em 11 de julho de 2019, o Estado do Paraná e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER/PR) ajuizaram a Ação Civil Pública nº 5035770-05.2019.4.04.7000/PR, contra a Companhia, suas sociedades relacionadas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS") e a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EIL"), e contra a Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias alegando nulidade do contrato de concessão e seus aditivos em decorrência de atos investigados na Operação Integração. O pleito deduzido na ação destina-se à reparação dos supostos danos materiais (estimados em R\$4.495.904) e morais (estimados em R\$500.000), e aplicação de penalidades previstas na Lei Anticorrupção. O MPF apresentou manifestação requerendo a observância do acordo de leniência firmado, sendo contrário ao deferimento de medida cautelar contra as leniências. A liminar requerida pelo Estado foi indeferida em primeira e segunda instâncias. Atualmente, o processo foi suspenso em julho/23 e remetido ao SISTCON-TRF4, para tentativa de conciliação, antes de dar início a fase de produção de provas. Em 12 de agosto de 2019, a EIL e suas Controladas ECS e as Concessionárias do Paraná, celebraram Acordo de leniência com o Ministério Público Federal no âmbito da Operação Integração. O Acordo foi homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, assim como pelo Juízo da 1ª Vara Federal de Curitiba, processo nº 5072227-36.2019.4.04.7000, sendo que, na visão da EIL e de suas Controladas, as obrigações estabelecidas foram cumpridas, inclusive as obrigações assumidas no Acordo, na cláusula 6ª, itens "l" (implementar um programa de integridade efetivo e robusto) e "m" (sujeitar-se a monitoramento independente) face à entrega, em 31 de março de 2023, do Relatório de Certificação pela Monitora Independente, que ensejou a declaração de cumprimento emitida pelo MPF, em 15 de maio de 2023. As obras eleitas como prioritárias foram concluídas e liberadas ao tráfego, com anuência do DER/PR. Guarda-se o fechamento conjunto (pelo DER/PR, MPF e Companhia) das medições das obras executadas. Embasada em pareceres jurídico e técnico, a RDC provisionou R\$10.124 (novembro/23) a título de eventual saldo residual para atingir a integralidade dos investimentos previstos no Acordo. No tocante à divergência referente à modalidade de aplicação da metodologia de precificação pela tabela SICRO para o custo dos investimentos executados, o MPF proferiu decisão negando a tese da Companhia, motivo pelo qual a EIL vem conduzindo o encaminhamento do tema com o MPF. Em virtude do acordo de leniência celebrado com o MPF, em 31 de outubro de 2019, a EIL recebeu notificação encaminhada pela Controladoria-Geral do Estado do Paraná (CGE/PR) informando a instauração de processo administrativo de responsabilização (PAR) para apuração da prática de atos lesivos contra a Administração Pública. A EIL e suas Controladas apresentaram suas defesas prévias. Em 10 de agosto de 2021, mediante a Resolução CGE nº 45, o Controlador-Geral do Estado proferiu decisão no processo administrativo para: (1) aplicar multa de R\$38.600 para a RDC; (2) determinar a condenação solidária da ECS; (3) impor às empresas (RDC e ECS) a pena de suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Paraná, por 2 (dois) anos; e (4) recomendar que o DER/PR instaure processo administrativo autônomo para a apuração da eventual inexecução contratual e consequente levantamento dos danos dela decorrentes. Em 20 de agosto de 2021 as Companhias apresentaram recurso. Foi proferida decisão pelo Corregedor Geral apenas para incluir a possibilidade de pena alternativa ao pagamento das multas, mediante a realização de operação e manutenção das rodovias, por 1 ano, sem a cobrança da tarifa de pedágio. Em razão da decisão substitutiva proferida, a EIL apresentou novo recurso com efeito suspensivo, ao Governador, que aguarda julgamento. Em agosto/2020, foi proposta por RDC a Ação Ordinária - 5040685-63.2020.4.04.7000 - 1VF Curitiba - visando atacar alteração da metodologia adotada pelo DER/PR na aplicação de autos de infração. Foi deferida liminar favorável às Concessionárias para que o DER/PR não imponha qualquer penalidade, em vista de que houve irrazoável alteração de critério da fiscalização. Guarda-se julgamento do processo. Seguindo esse mesmo contexto, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Infraestrutura do Paraná - AGEPAR, em 10 de novembro de 2020, proferiu decisões em processos administrativos de autotutela em face das Concessionárias em razão do entendimento de que os critérios referentes aos cálculos de depreciação e degrau de pista dupla haviam sido realizados de maneira equivocada. Com isso determinou-se a realização de estudos, pelo DER, de nova base tarifária para restabelecimento da equação contratual. RDC propôs ações judiciais para anular tais decisões, ambas com sentenças proferidas favoravelmente à tese das Concessionárias. A AGEPAR interps recurso de ambas as sentenças. O processo foi suspenso em julho/23 e remetido ao SISTCON-TRF4, para tentativa de conciliação antes do julgamento dos recursos. Com base nos mesmos processos administrativos de autotutela perpetrados pela AGEPAR foi apresentada denúncia, pelo Dep. Estadual Soldado Fruet, junto ao TCE, contra RDC e demais Concessionárias do anel de integração do Paraná. Inicialmente, a liminar foi deferida pelo Relator, que declarou inidoneidade das Concessionárias e proibição de contratar com o Estado do Paraná até o julgamento do mérito. A liminar foi atacada por recurso pelas Concessionárias, que foi acolhido pelo Colegiado do TCE (publicada em 08 de novembro de 2022), revogando a decisão. O Conselho Relator determinou a intimação das empresas que integram o Grupo Econômico das Concessionárias, em razão do encerramento de vigência dos Contratos de Concessão. Atualmente, o processo no TCE se encontra suspenso por decisão proferida em processo judicial movido por terceira concessionária que também é parte no processo do TCE. A EIL detectou a distribuição de uma nova Ação Civil Pública, ajuizada pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná - DER/PR e Estado do Paraná em face da RDC, ECS e da EIL, ajuizada em 05 de janeiro de 2023. As partes não foram citadas da presente demanda, a qual tramita sob sigilo. Entretanto, foi possível identificar que a referida Ação Civil Pública foi distribuída por dependência à Ação Popular proposta em face da RDC pelos Deputados Estaduais Arilson Chiorato e Maurício Thadeu de Mello e Silva, Estado do Paraná e Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, processo nº 5056314-43.2021.4.04.7000/PR. Nesta referida Ação Popular se pleiteia a condenação por suposto desequilíbrio ao Contrato de Concessão em razão da metodologia adotada em aditivos firmados para revisão do denominado degrau de pista dupla, bem como da depreciação dos investimentos. Tal Ação Popular teve o pedido de tutela liminar indeferido e o feito foi encaminhado ao SISTCON do TRF4 para tentativa de conciliação. Baseada no parecer jurídico dos advogados externos, a EIL classifica a probabilidade de perda como remota. **Seguros contratados:** A Companhia contratou Seguro Garantia para execução de obras do Acordo de Leniência. Em 31 de dezembro de 2023, as apólices e coberturas, são como segue:

Natureza	Final Vigência	Seguradora	Valor Garantia
Seguro Garantia - Construção	31/08/2024	HDI Seguros	58.773
			58.773

13. PROVISÃO PARA PERDAS AMBIENTAIS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

Política contábil: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Ambientais	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	-	2.576	445	3.021
(+/-) Complemento (reversão)	-	-	-	-
de provisão	5	(235)	71	(159)
(-) Pagamentos	-	(1.093)	(144)	(1.237)
(+) Atualização monetária	2	510	53	565
Saldos em 31 de dezembro de 2023	7	1.758	425	2.190

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.097	398	3.495
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(489)	52	(437)
(-) Pagamentos	(918)	(33)	(951)
(+) Atualização monetária	886	28	914
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.576	445	3.021

a) **Processos cíveis:** O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$14.349 em 31 de dezembro de 2023 (R\$13.104 em 31 de dezembro de 2022), oriundos de acidentes e multas administrativas, avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela administração, portanto, sem constituição de provisão. b) **Processos trabalhistas:** O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de Dezembro de 2023, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$449 (R\$727 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela administração, portanto sem constituição de provisão. c) **Processos tributários:** A principal causa possível, portanto, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendariais de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AILM, julgada improcedente em 02 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018, foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, que foi julgado parcialmente procedente pelo CARF em 18 de setembro 2019 e o acórdão publicado em 05 de dezembro de 2022 com interposição de Recurso Especial à Câmara Superior de Recursos Fiscais ("CSRF") em 15 de dezembro de 2022, que foi admitido pelo CARF em fevereiro de 2023 e aguarda julgamento pela CSRF. As matérias julgadas procedentes em favor da RDC CONCESSÕES SA não foram objeto de Recurso Especial por parte da Fazenda Nacional e essa parte da decisão já transitou em julgado. Ainda, referente ao mesmo tema, mas dos anos calendariais de 2016 a 2019, em 09 de junho de 2021 foi apresentada Impugnação ao AILM, julgada improcedente em 08 de novembro de 2021. Em 07 de dezembro de 2021 foi apresentado Recurso Voluntário ao CARF, pendente de julgamento. O valor correspondente as discussões, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$242.402 (R\$252.754 em 31 de dezembro de 2022). A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2023 R\$256.386 (R\$265.294 em 31 de dezembro de 2022), que foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social:** O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é de R\$9.468, representado por 9.468.261 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pertencentes a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. b) **Reserva de lucros - legal:** É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2023 o saldo é de R\$261. c) **Reserva de lucros - Orçamento de Capital:** Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$3.720. d) **Reserva de lucros - dividendos não distribuídos:** Em 14 de dezembro de 2023, em Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada a rerratificação da ata da Assembleia Geral Ordinária de 18 de abril de 2023, para que a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$1.240, fosse reclassificada para reserva especial, tendo em vista que o pagamento de dividendos ao seu acionista é incompatível com a situação financeira atual da Companhia. e) **Dividendos e juros sobre o capital próprio:** Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram distribuídos valores à título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. O cálculo da distribuição do resultado é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(14.272)	5.221
Constituição da reserva legal	-	(261)
(Prejuízo acumulado)/Base de cálculo dos dividendos	(14.272)	4.960
Proposta da Administração:		
Reserva orçamento de capital	-	(3.720)
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 14.d)	-	(1.240)

15. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	1.464	2.190
Conservação e manutenção	(4)	334
Serviços de terceiros (a)	2.942	2.139
Seguros	246	1.114
Depreciações e amortizações (Notas 8 e 9)	6	(237)
Locação de imóveis e máquinas	55	250
Outros custos e despesas operacionais	109	227
	4.818	6.017

	31/12/2023	31/12/2022
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	-	-
Despesas gerais e administrativas	4.818	6.017
	4.818	6.017

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria e assessoria.

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	594	208
Juros sobre mútuo	-	3.118
Atualização monetária depósitos judiciais (Nota 7)	27	27
Receita sobre debêntures privada	-	15.367
Outras receitas financeiras	720	1.316
	1.341	20.036

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras:		
Atualização monetária da provisão para contingências diversas (Nota 13)	(565)	(914)
Pis/Cofins s/outras receitas financeiras	(62)	325
Outras despesas financeiras	(45)	(3.303)
	(672)	(3.892)
Resultado financeiro, líquido	669	16.144

17. LUCRO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO

a) **Lucro/(prejuízo) básico por ação:** O lucro/(prejuízo) e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação são os seguintes:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro/(prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro/(prejuízo) básico por ação	(14.272)	5.221
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/(prejuízo) básico por ação	9.468	174.503
Lucro/(prejuízo) básico por ação	1,51	0,03

b) **Lucro/(prejuízo) diluído por ação:** A Companhia não possui dívida conversível em ações.

18. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Gestão de capital: O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia. A Companhia revisa anualmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

Índice de endividamento

	31/12/2023	31/12/2022
Dívida (a)	40	51
Disponibilidade (b)	(4.953)	(2.475)
Dívida líquida	(4.913)	(2.424)
Patrimônio líquido (c)	(417)	14.689
Índice de endividamento líquido	(11,78)	(0,17)

(a) A dívida é definida como obrigações com o Poder Concedente, conforme detalhado na Nota 12. (b) A disponibilidade é definida como caixa e equivalentes de caixa, conforme detalhado na Nota 5. (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciações financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de analisar a melhor estratégia de limites para a alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado. • **Aplicações financeiras:** são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados a taxa média ponderada de 102,8% do CDI em 31 de dezembro de 2023, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (89,3% em 31 de dezembro de 2022). • **Clientes e fornecedores:** decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável. **Valor justo de ativos e passivos financeiros:** Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 são como segue:

Classificação - Custo amortizado	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4.953	4.953
Aplicações financeiras (a)	1.593	1.593
Passivos:		
Fornecedores (b)	329	329
Obrigações com Poder Concedente (c)	40	40

(a) Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo as datas do balanço. (b) Os saldos da rubrica "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia. (c) As obrigações com Poder Concedente estão registradas ao custo amortizado na data do balanço. **Gestão de riscos:** A estratégia de gestão de riscos envolve quatro linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Insegurança regulatória e política do contrato de concessão, rentabilidade dos ativos e vulnerabilidades climáticas;
Operacional	Concorrência nas áreas de concessão, segurança ou interdição de infraestrutura existente, cibersegurança e paralização dos sistemas de infraestrutura críticos, capital humano, gestão da cadeia de suprimentos e subcontratados, cumprimento dos contratos de concessão e segurança viária;
Financeiro	Risco de mercado, crédito, premissas e estimativas contábeis e de planejamento financeiro e;
Compliance	Corrupção, fraude, integridade e não conformidade com regulamentações do setor.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional). A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamentada no princípio de que essa se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares: A Gestão Holística - Nível Macro - tem caráter eminentemente estratégico, pois está intrinsecamente ligada a questões como missão, visão e objetivos empresariais, ambiente regulatório e competitivo, e capacidade financeira, visando também a compreensão integral dos riscos: considera o potencial impacto de todos os tipos de riscos sobre todos os processos, atividades, stakeholders, produtos e serviços. A Gestão Individualizada - Nível Micro - contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de riscos, principalmente vinculados aos processos da organização. Com relação a avaliação de riscos considera-se a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos. As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Conformidade de Legal, Socioambiental, Reputacional e Impacto Econômico. No Grupo Ecorodovias efetua-se a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa. A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo: a) **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de juros. (i) **Risco de taxa de juros:** O risco de taxas de juros e inflação da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. A Companhia está exposta as principais variações: • Taxas de Inflação: Índice Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), relacionado às emissões de debêntures e reajustes tarifários das principais concessões rodoviárias e Índice Geral de Preços; • Mercado (IGP-M) da Companhia, relacionado às obrigações com o poder concedente; • Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relacionado às emissões de debêntures, as aplicações financeiras relativas à excedente de caixa investidos em títulos e valores mobiliários indexados em CDI da Companhia; • Taxa de juros de Longo Prazo (TJLP) e Câmbio relacionado aos financiamentos de máquinas e equipamentos e empreendimentos da Companhia. A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta Nota Explicativa. De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. b) **Risco de crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas financeiras decorrentes da inadimplência de suas contrapartes, de instituições financeiras de recursos ou de investimentos financeiros. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras com classificação de Risco "rating" AA, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não apresentava valores a receber registrados na rubrica "Contas a receber". c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **Análise de sensibilidade: Risco de variação nas taxas de juros:** A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício. A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das aplicações financeiras contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Juros sobre aplicações financeiras	Alta do CDI	482	503	723
Juros a incorrer, líquidos		482	503	723

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses. As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
CDI	9,15%	11,44%	13,73%

Fonte: Relatório da Consultoria MB Associados - Dezembro/2023

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

19. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) **Caixa e equivalentes de caixa:** A composição dos

... continuação

RDC CONCESSÕES S.A. - CNPJ/MF nº 02.228.721/0001-89

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas RDC Concessões S.A.

Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da RDC Concessões S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras".

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2024

pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando Contador CRC 1SP217518/O-7

CCJ do Senado aprova "PEC das drogas" que segue para votação no Plenário

Brasília - A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) aprovou ontem (13) a proposta de emenda à Constituição que inclui a criminalização da posse e do porte de drogas, em qualquer quantidade, na Carta Magna, aPEC 45/2023. Os integrantes da CCJ acataram o relatório do senador Efraim Filho (União-PB), que é favorável à PEC.

mica... A descriminalização leva à liberação do consumo, mas a droga continua ilícita. Você não vai encontrar ela em mercado, você não vai encontrar ela em farmácia. Só existe o tráfico para poder adquirir. Portanto, descriminalizar é fortalecer o tráfico", afirmou. A reunião da CCJ foi conduzida pelo presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (União-AP).

é previsto na Lei de Drogas. Para o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), a votação é uma reação ao que considera uma invasão de competência do STF. "O caminho tem que ser por uma PEC, para que nunca mais, independente da composição do Supremo, que irão atropelar a vontade de nós, representante do povo, [que] tem sua maioria no Congresso Nacional (...) contra a legalização das drogas".

"INVASÃO DE COMPETÊNCIA"

A votação ocorre durante um impasse do Congresso Nacional com o STF. Dos onze ministros do Supremo, cinco já votaram pela inconstitucionalidade de enquadrar como crime unicamente o porte de maconha para uso pessoal. Três ministros votaram para continuar válida a regra atual da Lei de Drogas. A quantidade de maconha que determinará se é caso de tráfico ou de uso pessoal também é discutida na Corte, que provisoriamente propõem valores entre 10 e 60 gramas.

INCONSTITUCIONALIDADE

Na avaliação dos senadores Humberto Costa (PT-PE) e Fabiano Contarato (PT-ES), a discussão do STF tem pleno respaldo legal. Eles lembraram que o Supremo foi provocado a tratar de uma questão que tem natureza constitucional. Contarato também considera que a discussão passa uma "falsa percepção que o problema da segurança pública vai ser resolvido":

EMENDAS

O relator incluiu no texto a necessidade de a lei diferenciar os usuários de drogas dos traficantes, o que já ocorre na legislação. Ele especificou que aos usuários devem ser aplicadas penas alternativas à prisão, como advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comu-



AGÊNCIA SENADO

nidade ou medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

Efraim também acatou emenda de redação do senador Rogerio Marinho (PL-RN) para que essa distinção se baseie nas "circunstâncias

fáticas do caso concreto". O senador espera afastar a possibilidade de o magistrado categorizar como usuário de droga apenas pela quantidade apreendida, caso o STF acate essa tese de repercussão geral.

Quantidade

O senador Sergio Moro (União-PR) discordou das avaliações de que há uma "epidemia de usuários de droga que estão presos equivocadamente como traficantes". Para ele, usar a quantidade de droga como parâmetro levaria a uma reestruturação do tráfico.

"O distribuidor, que está nas ruas, vai estruturar sua atividade dessa forma e vai carregar consigo somente pequenas quantidades abaixo desse denominador. Vamos supor que ele saia com uma grande quantidade, 40 trouxinhas de 9 gramas. Ele vende 39 e, ao final, ele é pego com uma trouxinha. Ele é "usuário", mas ele já vendeu 39. E a polícia o observou vendendo, mas escolheu interferir em algum outro momento para a coleta da prova.

Gohobby leva carro voador para Fórmula E

A principal categoria do automobilismo elétrico chega ao Brasil no próximo dia 16 e a líder na distribuição de drones no Brasil e na América Latina estará na Fan Village com o modelo 216-S da fabricante chinesa EHang

A Gohobby, empresa líder na distribuição de drones no Brasil e na América Latina, estará presente na etapa de São Paulo do Campeonato Mundial de Fórmula E, que acontece no dia 16 de março (sábado), no Distrito Anhembi. A companhia leva para a Fan Village, espaço dedicado aos fãs, do E-prix o eVTOL 216-S da fabricante chinesa EHang, popularmente conhecido como carro voador. O público poderá tirar fotos com o equipamento, que também é elétrico.

“A Gohobby está entusiasmada em participar do evento E-prix, trazendo consigo o eVTOL da EHang. Essa é uma oportunidade para levar o futuro do transporte aéreo de passageiros e carga no Brasil para um local que tenho muito apreço e carinho, após meus 7 anos dedicados ao automobilismo profissional. A presença no evento representa não apenas um marco histórico, mas também uma



O eVTOL 216-S transporta até duas pessoas e bagagem de mão, com uma carga útil total de 220 kg em um alcance de 30 km.

chance de destacar a próxima era da mobilidade aérea no país”, conta Adriano Buzaid, CEO da Gohobby e ex-piloto da Fórmula Euro.

O eVTOL 216-S transporta até duas pessoas e bagagem de mão, com uma carga útil total de 220 kg em um alcance de 30 km. Opera com 12 baterias independentes e 16 motores. O piloto não voa dentro da aeronave, já que o eVTOL é pilotado remotamente

e automaticamente, por meio do sistema inteligente de comando e controle da EHang, que permite ao piloto planejar, comandar, validar, executar, monitorar e assumir o controle do voo, em tempo real, a partir do solo.

A EHang é reconhecida por desenvolver sistemas de Veículos Aéreos Não Tripulados (VANTS) que transportam passageiros e é o único fabricante de eVTOL no mundo a

obter a certificação padrão (“AC”), que autoriza os voos automatizados com passageiros e sem piloto a bordo, como também a conformidade da aeronave, atendendo os requisitos de segurança e qualidade para operações comerciais.

O Campeonato Mundial de Fórmula E se tornou o primeiro esporte global a ser certificado com uma pegada líquida de carbono zero,

tendo investido em projetos certificados de proteção climática em todos os mercados de corrida para compensar as emissões. A categoria dos carros elétricos conta com 22 pilotos e 11 equipes e está em sua décima temporada. A etapa de São Paulo é a quarta da temporada de 2024. Os ingressos do E-Prix de São Paulo 2024 podem ser adquiridos por meio do site da Eleven Tickets.

Entenda as diferenças entre a suspensão e cassação da CNH

As diferenças entre a suspensão do direito de dirigir e a cassação da CNH (carteira nacional de habilitação), previstas no Art. 256 do CTB (Código de Trânsito Brasileiro), ainda são uma dúvida recorrente entre os condutores. “Em resumo, a suspensão é temporária e na maioria dos casos, está relacionada ao acúmulo de pontos, enquanto a cassação é uma punição mais rigorosa, aplicada em situações mais graves”, explica Roberson Alvarenga, especialista em direitos de trânsito e CEO da Help Multas, rede especializada em recursos de multas de trânsito, processos de suspensão e cassação da CNH.

Confira onde as penalidades divergem e evite que aconteça com você:

SUSPENSÃO

No Brasil, ficar suspenso

do direito de dirigir, penalidade popularmente conhecida como suspensão da CNH, pode ocorrer quando o condutor acumula 20 ou mais pontos por infrações cometidas no trânsito em um período de 12 meses. Entretanto, outros fatores também podem fazer com que essa punição seja aplicada como infrações gravíssimas que levam diretamente à suspensão da carteira. O motorista que reincidir em infrações dentro de um período de 12 meses também pode ter o seu direito de dirigir suspenso ou até cassado, a depender do caso, mesmo que não atinja o limite de pontos.

O tempo que o infrator ficará suspenso do direito de dirigir varia entre dois a 24 meses, dependendo da gravidade da infração e se ele é reincidente. Durante esse período, o condutor deve

entregar sua CNH ao órgão de trânsito e, ao final da suspensão, precisa passar por um curso de reciclagem antes de recuperar o direito de dirigir.

“É importante ressaltar que essa penalidade não é definitiva e toda pessoa tem direito a recorrer. Existem três etapas para apresentação de uma defesa, mais conhecida como recurso administrativo contra a penalidade aplicada por infração de trânsito”, destaca Roberson.

CASSAÇÃO

Essa é a penalidade mais severa prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), ela implica na perda definitiva do direito de dirigir e pode ser aplicada em três ocasiões: quando o motorista for pego dirigindo enquanto está com a CNH suspensa, em casos de reincidência de infrações



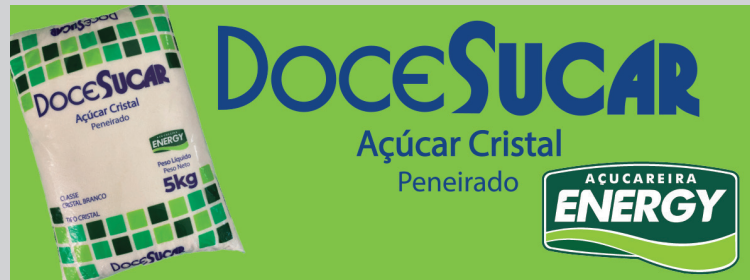
Penalidades variam entre temporária e definitiva, mas é possível recorrer, aponta especialista

gravíssimas, situações específicas, durante o período de suspensão da CNH ou em casos em que o condutor seja condenado por um crime de trânsito.

Quando a CNH é cassada, o motorista é obrigado a realizar o processo de habilitação novamente, incluindo exames teóricos e práticos. No entanto, esse processo será mais rigoroso do que o

da retirada inicial da CNH e a solicitação para voltar a dirigir só poderá ser feita após um determinado período, conforme a legislação vigente.

“Até mesmo em casos de cassação da carteira, é possível apresentar um recurso dentro de um prazo de 30 dias após o recebimento da notificação da punição”, conta Alvarenga.



Brasileiro de Motocross começa em Sorocaba

Chegou a hora de alinhar no gate do Brasileiro de Motocross 2024. Pelo segundo ano consecutivo, o Motódromo da cidade de Sorocaba, no interior de São Paulo, recebe a abertura do campeonato, marcada para sábado e domingo. A equipe Honda Racing chega disposta a brigar por vitórias e pelos títulos. O francês Stephen Rubini, o equatoriano Jetro Salazar e o paulista Gustavo Pessoa são destaques na categoria MX1, com as motocicletas Honda CRF 450R. Na MX2, o mineiro Bernardo Tibúrcio e o catarinense Vitor Borba defendem o time, com a Honda CRF 250R.

Sul-Brasileiro de Kart já tem mais de 120 inscritos em Pato Branco

Faltando pouco mais de uma semana para seu início, a 27ª edição do Campeonato Sul-Brasileiro de Kart chegou ontem a 125 inscrições. Terceira competição mais importante do kartismo brasileiro e integrante da "Triplíce Coroa" – ao lado do Brasileiro e da Copa Brasil –, o Sul-Brasileiro será disputado entre os dias 21 e 23 deste mês, em Pato Branco, no Sudoeste do Paraná.

A programação do Sul-Brasileiro prevê treinos livres na terça e quarta-feira (19 e 20), com o início das atividades oficiais na quinta-feira, com dois treinos e a tomada de tempos de cada categoria. Na sexta-feira serão disputadas duas

provas e no sábado será realizada a terceira e última corrida do campeonato.

As duas primeiras baterias terão pontuação simples (11, 9, 8, 7, 6, 5, 4, 3, 2, 1) e a terceira atribuirá uma pontuação 50% maior. O campeão será o piloto que somar mais pontos após o descarte da bateria de pior pontuação.

DESCONTO

Serão encerradas hoje as inscrições do primeiro lote, que oferecem descontos e a participação em sorteios de diversos produtos doados por empresas ou pessoas ligadas ao kartismo. A partir de amanhã o valor da inscrição +



A pista do kartódromo Ayrton Senna é uma das mais técnicas do País

combustível terão aumento e após esta data não participam dos sorteios.

Notas

Copa Truck

A temporada 2024 da Copa Truck terá início em Campo Grande (MS), no próximo domingo, com uma novidade. A classe principal passa a se chamar Super Truck Pro, com a classe de acesso sendo a Super Truck Elite. Neste ano, o formato permanece inalterado com as duas classes treinando em separado e correndo em conjunto, mas espaçadas por um intervalo de segurança.

Endurance

Não basta ser o mais rápido. É preciso ser também o mais resistente e ter a melhor estratégia. Este é o espírito das provas de longa duração, sintetizado no país pelo Império Endurance Brasil. A competição, promovida pela Associação de Pilotos de Endurance (APE), terá em 2024 seu maior desafio estratégico da história: afinal, pela primeira vez, ao longo de uma temporada completa, as escuderias terão liberdade quase total para criar suas estratégias ao longo de três, quatro ou até seis horas de prova. A temporada 2024 terá oito etapas no próximo sábado, em Goiânia, em disputa com quatro horas de duração, que será antecedida por dois dias de treinos hoje, amanhã. A etapa deste fim de semana terá largada às 11h30.

OS PRÊMIOS PARA SORTEIO ENTRE OS INSCRITOS ATÉ 14 DE MARÇO SÃO:

- Uma taxa de aluguel de motor Mirim (Pablo Racing)
- Uma taxa de aluguel de motor Cadete (Pablo Racing)
- Duas taxas de aluguel de motor F4 (Pablo Racing)
- Um macacão 38´ s (Paralego)
- Uma bolsa de capacete (Eiko Brazil)
- Um carburador homologado (Mittag Motores)
- Dois guarda-sol (Moradas do Igauçu)
- Duas cestas de doces (Aline Zanella)
- Dois pix no valor de R\$ 500,00 (Vision Car)
- Um voucher de R\$ 1000,00 (Marmoraria Follgran)
- Um protetor de costela (Bertinato)
- Um jogo de pastilhas de freio (Meokart)
- Uma diária no Hotel Essência (quarto duplo)
- Um revestimento de volante (Bancouros)
- Três camisetas Kart Republic
- Um kit GTI (Pirâmide VW)
- Duas páginas na Revista Pódium (2 pilotos, uma página para cada piloto)

TAXA DE INSCRIÇÃO ATÉ HOJE

INSCRIÇÃO + COMBUSTÍVEL

- Mirim/Cadete – R\$ 1.150,00 (R\$ 900,00 para quem participou do Open)
 - Mini 2T – R\$ 1.250,00 (R\$ 1.000,00 para quem participou do Open)
 - F4 – R\$ 1.450,00 (R\$ 1.150,00 para quem participou do Open)
 - 125cc – R\$ 1.550,00
- A partir de 15 de março os valores mudam e passam a ser cobrados desta forma:

INSCRIÇÃO + COMBUSTÍVEL

- Mirim/Cadete – R\$ 1.250,00 (R\$ 1.000,00 para quem participou do Open)
- Mini 2T – R\$ 1.350,00 (R\$ 1.100,00 para quem participou do Open)
- F-4 – R\$ 1.600,00 (R\$ 1.250,00 para quem participou do Open)
- 125cc – R\$ 1.700,00

DISK ÁGUA
(45) 3226 0544

Casas Brasil
Confecções, Cama, Mesa e Banho

Charme para você e conforto para sua família

Assis Chateaubriand Av. Tupãssi, 2.547 Fone (45) 3528-6456
Toledo Rua Barão do Rio Branco, 1.132 Fone (45) 3277-1923

Damian Auto Center
A primeira loja de pneus de Cascavel

60 ANOS

Pneus Alinhamento Balanceamento LOCAL E FORA

Revenda Trava Protecarr

Av. Brasil, 4518 - Fone (45) 3223-6363 Cascavel - PR (45) 99911-4563

Polaroid Bistrot

45 99995-3481 @polaroidbistrot

consórcio **TRANSDESK**

www.transdesk.com.br

Maringá e Timão buscam vaga na Copa do Brasil

Cascavel – A segunda fase da Copa do Brasil termina nesta quinta-feira com a disputa de seis partidas. Os destaques são as presenças do Maringá, tentando garantir mais uma vaga paranaense na próxima fase, e o Corinthians, que tem na competição nacional a chance de se recuperar da não classificação no Paulistão.

Com um pouco mais de tempo para treinar, Antônio Oliveira comandou três treinos ao longo da semana e contou com a recuperação de jogadores que estavam no departamento médico. O lateral-esquerdo Diego Palacios e o meia Igor Coronado treinaram em campo. Apesar do avanço, a tendência é que a dupla não inicie a partida contra o São Bernardo, às 20h, no estádio Primeiro de Maio. A provável escalação alvinegra é: Cássio, Fagner, Félix Torres, Gustavo Henrique e Hugo; Raniele, Maycon e Rodrigo Garro; Romero (Pedro Raul), Wesley e Yuri Alberto.

O time paranaense jogará em casa contra o Amazonas, que eliminou o Independente do Amapá. O Maringá tem a chance de ser o segundo paranaense a avançar na competição, junto com o Operário Ferroviário, e ampliar para três a presença paranaense na terceira fase com a entrada do Athletico. O técnico Jorge Castilho deve utilizar força máxima, mesmo tendo o confronto das semifinais do Paranaense no próximo fim de semana.

“Cumprimos nossos primeiros objetivos, com classificação na Copa do Brasil, semifinais do Paranaense e o calendário de 2025 já garantido. Agora, podemos buscar mais, e a partida desta quinta-feira é fundamental para dar um gás no nosso projeto. Vamos tratar a semana como decisiva”, disse o presidente João Vitor Mazzer, que foi às redes sociais do clube para agradecer torcedores e patrocinadores pelo apoio.



Antônio Oliveira volta a utilizar os principais jogadores após folga na última rodada do Paulistão

Recorde de vitórias tem novo dono

São Paulo - O Guinness reconheceu o novo recorde mundial de 28 vitórias seguidas obtido pelo Al-Hilal. O time comandado por Jorge Jesus e que tem Neymar no elenco, venceu o Al-Ittihad no jogo da volta das quartas-de-final da Champions asiática, na última terça-feira.

A contagem leva em consideração apenas jogos oficiais. Além da sequência de vitórias, o Al-Hilal ostenta uma invencibilidade de 36 jogos, sendo 33 vitórias e três empates. É a segunda atual maior série invicta do futebol mundial, junto com o Bayer Leverkusen, da Alemanha. O The New Saints, antigo “rival” na disputa pelo recorde de vitórias, também é o alvo a ser batido, com 40 jogos sem perder.

Romário convoca CPI para apurar manipulação dos jogos de futebol

Brasília - O presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou a abertura de uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito), agora destinada à investigação sobre manipulação de resultados no futebol brasileiro.

A ‘CPI das Apostas Esportivas’ atende a um re-

querimento protocolado na última semana por Romário (PL-RJ), senador e ex-jogador de futebol, e vai apurar fatos relacionados a denúncias e suspeitas de manipulação de resultados no esporte, envolvendo atletas, dirigentes e empresas de apostas.

A ação do tetracampeão

mundial se baseia em um relatório da empresa SportRadar, que tem analisado movimentações suspeitas em apostas em busca de indícios sobre manipulação de resultados no futebol.

A empresa colocou 109 partidas sob suspeição em 2023. O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 180 dias, podendo ser prorrogada por igual período.

Esporte Futuro quer sua primeira vitória na Ouro

Toledo – A Série Ouro do futsal paranaense terá uma partida nesta quinta-feira. A partir das 20 horas, o Umuarama recebe o Esporte Futuro no Ginásio Amário Vieira da Costa. O time do noroeste estreou com vitória fora de casa diante o Marreco, enquanto os toledanos empataram com o CAD/Guarapuava.

Para o jogo desta noite, o técnico Morruga poderá con-

tar com todo o elenco.

Além da disputa do estadual, os dois times também terão a Liga Futsal pela frente, por isso, alguns jogos deverão ser antecipados até o fim dos meses.

Na partida disputa na última terça-feira, o Marreco se reabilitou com uma vitória por 3 a 2 sobre o Foz. O time das Cataratas já tem três jogos com duas derrotas.

Stein testa base em torneio

Cascavel – Enquanto algumas atletas do time principal e o técnico Marcio Coelho estão com a seleção brasileira na Europa, as categorias de base do Stein Futsal abrem o calendário de competições com a Copa Penalty, que será disputada em Toledo a partir desta quinta-feira.

A equipe Sub-20 tem seu primeiro confronto na quinta-feira (14), contra as donas da casa, o AFETO/Toledo às 19h40. Na sexta-feira (15) enfrenta a equipe de Colombo às 15h20 e novamente o Toledo às 18h40. Para encerrar a fase de grupos, no sábado (16), enfrentam o Colombo às 16h30.

A equipe Sub-17 estreia contra o Chopinzinho, às 18h50

na quinta-feira (14), na sexta-feira (15), às 14h30 enfrentam o AMOV/Foz do Iguaçu e às 18h jogam contra Manoel Ribas. Para finalizar a fase de grupos, às 14h40 enfrentam o Goioerê.

A estreante equipe do Sub-15, em seu primeiro ano de formação, estreia contra o Chopinzinho, às 18h na quinta-feira (14). Na sexta-feira (15), enfrentam o Manoel Ribas, às 16h10 e, no sábado (16), jogam contra o Goioerê, às 14h50.

As semifinais serão na noite de sábado (16) e as finais na manhã de domingo (17), de todas as categorias. Os jogos serão realizados nos ginásios Alcides Pan, Euzébio Garcia e na UNIPAR.

TKD define time ao Pré-Olímpico

Rio de Janeiro - Através de um comunicado oficial, CBTK (Confederação Brasileira de Taekwondo) anunciou a convocação dos três atletas que irão representar o Brasil no Pré-Olímpico das Américas da modalidade. A disputa do torneio, que vale vaga aos Jogos de Paris-2024, acontecerá entre os dias 9 e 10 de abril, na cidade de Santo Domingo, na República Dominicana.

No feminino, a jovem Maria Clara Pacheco, de apenas 20 anos de idade, disputará a chave para as atletas até 57kg. Medalhista de bronze no último Mundial e prata nos Jogos Pan-Americanos de Santia-

go-2023, ela buscará ser a segunda atleta classificada pelo Brasil, já que Caroline “Juma” dos Santos garantiu seu lugar na chave até 67kg, através do ranking olímpico.

Entre os homens, o primeiro escolhido foi Edival Pontes, o Netinho, que representará o país no Pré-Olímpico na categoria até 68kg. Vice-campeão mundial em 2022, o lutador brasileiro possui quatro medalhas em Grand Prix e dois ouros em Jogos Pan-Americanos: um no individual em Lima-2019 e um no torneio por equipes de Santiago-2023, ao lado de Paulo Melo e Maicon Andra-

de. Além disso, na disputa da chave até 80kg, o jovem Henrique Marques, 20º colocado no ranking olímpico, foi o segundo atleta escolhido. Lembrando que cada país só pode levar à Paris quatro representantes no total, sendo dois de cada gênero.

JOGAM HOJE

COPA DO BRASIL – 2ª FASE	
19H00	BRASILIENSE X CRICIÚMA
20H00	SÃO BERNARDO X CORINTHIANS
20H30	ÁGUIA DE MARABÁ X CAPITAL-TO
21H30	BOTAFOGO-SP X ANAPOLIS
21H30	MARINGÁ X AMAZONAS
21H30	FORTALEZA X RETRÔ
LIBERTADORES – 3ª FASE	
21H30	NACIONAL-URU X ALWAYS READY

... continuação

CECM CONCESSÕES S.A. - CNPJ/MF nº 02.221.155/0001-83 - NIRE 41.300.015.767

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
CECM Concessões S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da CECM Concessões S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CECM Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ênfase

Conforme divulgado na Nota 1, o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente finalizou em novembro de 2021 e, portanto, a Companhia não tem mais o direito de obter os benefícios econômicos futuros desta concessão. A Companhia divulgou os impactos na respectiva nota explicativa. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento

obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a

fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2024



pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcelo Orlando
Contador CRC 1SP217518/O-7

Hospital de Retaguarda: Licitação define empresa para reforma antes da concessão

Cascavel – A reforma do centro cirúrgico e a troca do telhado do HR (Hospital de Retaguarda) Allan Brame Pinho, que acabou virando notícia nacional na época da pandemia do Covid-19, quando os profissionais tiveram que transferir pacientes de espaços praticamente inundados, é uma demanda antiga da estrutura que atualmente oferece um importante serviço de atendimento à saúde pública. A Construtora Irmãos Godoy, venceu a licitação e vai executar a obra pelo valor de R\$ 5.253.820,91, 12% a menos do valor máximo do edital que era de R\$ 6.486.198,54.



tapume. Vamos isolar a parte do centro cirúrgico; é como se fosse o vizinho construindo, ou seja, não terá problema algum”, descreveu.

Segundo Bailak, com a reforma cerca de 400 procedimentos poderão ser realizados todos os meses no hospital, o que vai desafogar a demanda no Huop (Hospital Universitário do Oeste do Paraná).

No último fim de semana começou a funcionar no HR o “Ambulatório de Dengue”, com 15 leitos de enfermaria e 3 consultórios abertos para atender apenas pacientes com dengue. O atendimento é feito das 7h às 18h e a grande parte dos pacientes ficam em observação para serem hidratados, já que o local serve de apoio das UPAs (Unidades de Pronto Atendi-

mento), mas a indicação é que primeiro as pessoas procurem uma unidade de saúde.

Concessão onerosa
Em relação à concessão onerosa do Hospital de Retaguarda, ainda não há nada

Saúde renal: Cascavel adere à campanha

O 14 de março é dedicado ao “Dia Mundial do Rim” e, por isso, algumas ações são realizadas alusivas ao tema, para aderir à campanha global de conscientização sobre a saúde renal. A Prefeitura de Cascavel, em parceria com a Renalclin, está liderando uma série de iniciativas para sensibilizar a população sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce das

doenças renais. Devido a data, o Paço Municipal e a Praça do Migrante foram iluminados com as cores da campanha durante todo o mês, em apoio à causa. Além disso, uma série de eventos educativos, aulas e outras atividades serão promovidas nas redes sociais, buscando alcançar o maior número possível de cidadãos. A data é celebrada anual-

pela Câmara de Cascavel em julho do ano passado.

A reportagem do Jornal O Paraná conversou há poucos dias com o secretário de Saúde, que argumentou que o modelo proposto é viável, já que utilizado em outros estados brasileiros, para contratar uma empresa que tem interesse em fazer a gestão do serviço hospitalar, sendo que o atendimento será 100% SUS (Sistema Único de Saúde).

Conforme Bailak, o custo mensal do HR gira em torno de R\$ 2,2 milhões a R\$ 2,5 milhões e apenas o custo de internação dos 10 leitos da UTI (Unidade de Terapia Intensiva) é pago pelo o Ministério da Saúde, cerca de R\$ 350 mil mensais. O restante, que são os valores dos 50 leitos de enfermaria acaba sendo custeado pelo Município, por outro lado, os leitos são administrados pela Central de Leitos do Estado.

mente na segunda quinta-feira de março e as ações são coordenadas pela Sociedade Brasileira de Nefrologia há 18 anos. Este ano, a campanha tem como tema “Saúde dos rins (e exame de creatinina) para todos: porque todos têm o direito ao diagnóstico e acesso ao tratamento”, com foco na disseminação de informações essenciais sobre as doenças renais.



ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

A.E.E.L.V.

Parecer do Conselho Fiscal

Os infra-assinados, membros do Conselho Fiscal da ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS...

Cascavel PR, 11 de Março de 2024.

Isabelle Maria Ireno Conselho Fiscal

Tiago Candido das Chagas Conselho Fiscal

CNPJ 77.857.991/0001-00 INSCRIÇÃO ESTADUAL ISENTO UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL 1.433.779-2.954/99...

Rua Marechal Cândido Rondon, 3530 - Bairro Cascavel - CEP 85.813-720 - Cascavel - PR - Fone/Fax: (45) 3038-0337 / 3038-1314

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020 e 31/12/2019.

ATIVO

Table with 6 columns (CONTAS, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019) showing financial data for assets.

Handwritten signature and stamp of Evaristo Vigário, Contador, CRC PR 48510-7

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020 e 31/12/2019.

PASSIVO

Table with 6 columns (CONTAS, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019) showing financial data for liabilities.

Handwritten signature and stamp of Evaristo Vigário, Contador, CRC PR 48510-7

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, E 31/12/2019.

Table with 6 columns (CONTAS, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019) showing income statement data.

Handwritten signature and stamp of Evaristo Vigário, Contador, CRC PR 48510-7

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - LEVANTADO EM 31/12/2023 A 31/12/2023

Table with 5 columns (MÉTODO DIRETO, ANO BASE 2023, ANO BASE 2022, ANO BASE 2021, ANO BASE 2020) showing cash flow data.

Handwritten signature and stamp of Evaristo Vigário, Contador, CRC PR 48510-7

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS LEVANTADA DE 31/12/2019 A 31/12/2023

Table with 6 columns (CONTAS, 31/12/2023, 31/12/2022, 31/12/2021, 31/12/2020, 31/12/2019) showing resource flow data.

Handwritten signature and stamp of Evaristo Vigário, Contador, CRC PR 48510-7

ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL ESPÍRITA LINS DE VASCONCELLOS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2019 A 31/12/2023

Table with 5 columns (CONTAS, PATRIMÔNIO SOCIAL, AJUSTE EXERC. ANTERIORES, SUPERÁVIT/DEFICIT EXERCÍCIO, TOTAL) showing net worth changes.

Handwritten signature and stamp of Evaristo Vigário, Contador, CRC PR 48510-7

C11227648-E24



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000 Fone/Fax (45) 3258 8000 Ramilândia - PR

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 10/2024 Processo Administrativo Nº 18/2024 Tipo: Menor Preço por Item.

O MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA torna público que às 09h30min do dia 02 de abril de 2024, na Bolsa de Licitações do Brasil - BLL...

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações...

O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no site do Município de Ramilândia/PR...

Ramilândia, 12/03/2024

EDSON DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL

C11227644-E24



Município de Iguatu Estado do Paraná

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Constitui o presente objeto à aquisição de dois veículos com destinação à Secretaria Municipal de Saúde de Iguatu/PR. Data da sessão de abertura: 28/03/2024. Horário: 09h00min. Valor estimado: R\$ 245.939,99...

Iguatu, 13 de março de 2024.

Vladimir Antonio Barella Prefeito Municipal

C11227643-E24



Prefeitura Municipal de Ramilândia

Av. Voluntários da Pátria, nº 1.600 - Centro CNPJ 95.725.024/0001-14 CEP 85.888-000 Fone/Fax (45) 3258 8000 Ramilândia - PR

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Eletrônico Nº 11/2024 Processo Administrativo Nº 19/2024 Tipo: Menor Preço por Item.

O MUNICÍPIO DE RAMILÂNDIA torna público que às 09h30min do dia 03 de abril de 2024, na Bolsa de Licitações do Brasil - BLL...

Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações...

O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no site do Município de Ramilândia/PR...

Ramilândia, 12/03/2024

EDSON DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL

C11227645-E24



Prefeitura Municipal Santa Tereza do Oeste

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 018/2022, DECORRENTE DO PREGAO PRESENCIAL N.009/2022.

CONTRATANTE: Município de Santa Tereza do Oeste CONTRATADA: Andrade e Sales Transporte Escolar Ltda OBJETO: Constitui objeto deste Termo, o reajuste dos valores constante Clausula Sétima do contrato n.018/2022...

Table with 4 columns (Item, Descrição, Valor praticado, Valor atualizado) showing contract details.

Santa Tereza do Oeste, 13 de março de 2024

C11227646-E24



AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 6419/2024 MUNICÍPIO DE UBIRATÃ: UASG 987933 OBJETO: Aquisição de Mobiliário (mesas e cadeiras plásticas) visando equipar os Centros Comunitários e os Projetos Sociais do Município de Ubitatã. VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$-15.416,40...

C11227649-E24

Palavras cruzadas

Buzina usada por boiadeiros (bras.)	Shochu	Diz-se do tribunal superior de justiça	Interjeição de enfado	Escritor maranhense de "O Treze de Maio: e Outras Estórias do Pós-Abolição"	Cesto cilíndrico de palha para espremer e secar a massa de mandioca	Gramático e filólogo brasileiro
O som produzido com a corrente de ar expirado			Descanso, em inglês			"Conversam" com Deus
Cidade da Bretanha (França)					Tipo de lâmpada halógena	
Torta, em inglês			Substância retirada do sangue pelos rins			
				Frasco de laboratório		
				O idioma de Cícero		
Navegador da Microsoft					O lucro diário do taxista	(?)-pro-nó-bis, planta rica em ferro
					Ivan Lins, compositor	
					(?) Modern, museu londrino às margens do rio Tâmisa	
Coelho (?), criação de Maurício de Sousa	Conjunção aditiva	A letra do plural	Propulsor do carro	Prefixo de "discordar"		
					Beiral (Arquit.)	
					Ave de bico forte	
Qualquer carne comestível						Espécie de marreca de lagos e banhados
(?) Negro, epíteto de João Cândido (Hist.)	Apaguei da memória	Tonelada (símbolo)				
(?) Queen, cantora do gênero Reggaeton			Seriado de TV sobre ciência forense		Dela, em inglês	
					Arte teatral clássica do Japão	
Juntar; adicionar	Expressão ruidosa de alegria				Medida equivalente a 100 m quadrados	

BANCO 3/her — pie. 4/edge — rest. 5/brest. 7/egrest. 10/erlenmeyer. 14/astolfo marques. 33



Horóscopo do dia

ÁRIES 21/3 a 20/4

Na carreira, Lua e Plutão entram em conflito e avisam que pode dar ruim. Cautela para não se meter em tudo e ser alvo de intrigas. Esbanjando sensualidade, deixará o crush babando e caidinho por você.

TOURO 21/4 a 20/5

Na vida profissional, pode bater insegurança ao lidar com a chefia e descontentamento na área em que trabalha. Os astros avisam que deve ficar esperto(a) e agir com responsabilidade para evitar perrengues.

GÊMEOS 21/5 a 20/6

Se planejar viagem, está de malas prontas ou passeando, há risco de se frustrar. Talvez bata desinteresse pelos estudos. Se estiver na pista, há chance de ver alguém do seu círculo de amizade com outros olhos e jogar a real para a pessoa.

CÂNCER 21/6 a 21/7

Talvez mude objetivos, planos e algumas amizades de longa data. Talvez se relacione com gente diferente e ajude um amigo. Acontece o maior ranço entre Lua e Saturno, que está na sua Casa dos Negócios, e devem pintar decepções.

LEÃO 22/7 a 22/8

Tudo indica que irá rever suas ambições na vida profissional. Fazer seu mapa profissional é uma excelente estratégia para agir de maneira prudente e bem pensada. Sol e Marte estão num clima gostoso, sinal de que você vai mostrar suas garras e se dar bem no amor.

VIRGEM 23/8 a 22/9

O desejo de ser livre, viajar e conhecer coisas novas tende a bater forte. Nos estudos, sobretudo de faculdade, deve ser criativo e pensar fora da caixinha. Sol e Marte dão a maior força pra você fazer as mudanças que precisa e arrasar.

LIBRA 23/9 a 22/10

Lua e Urano dão as mãos na sua Casa dos Negócios e indicam que você deve ter ideias inovadoras e criativas, umas delas pode até te ajudar a empreender e se transformar em patrão/patroa.

ESCORPIÃO 23/10 a 21/11

Mesmice, rotina, sensação de prisão? Nem pensar! Lua e Urano dão um rolê na sua Casa dos Relacionamentos e tudo indica que vai querer passar bem longe de relações assim. Seja na área pessoal ou profissional, desejará curtir coisas diferentes, ter liberdade.

SAGITÁRIO 22/11 a 22/12

Fazer seu mapa profissional é uma excelente estratégia, ele traz revelações importantes sobre sua vida profissional, pode ajudar a repensar sobre sua carreira e os rumos que deseja para o futuro. Você e o moirão talvez decidam juntar as escovas ou subir ao altar.

CAPRICÓRNIO 23/12 a 20/1

A sorte está do seu lado, aproveite pra tentar uma fezinha. Mas faça isso de manhã, pois à tarde Lua e Saturno quebram tudo e o clima pesa. Os astros revelam que seu signo estará sério, mão fechada e apegado ao dindim.

AQUÁRIO 21/1 a 19/2

Seus desejos devem ficar intensos, você vai se comunicar com facilidade e estará impulsivo, podendo jogar ideias ousadas para você e o moirão ou crush experimentarem.

PEIXES 20/2 a 20/3

Só cautela, peixinho, pra não ser inconveniente. Use sua intuição. A bad pode bater à tarde, culpa do aspecto nervoso entre Lua e Saturno. Com o moirão, devem construir família, melhorar as finanças e conseguir a casa própria.

SEUS PASSATEMPOS PREFERIDOS SEM SAIR DE CASA

#FaçaCoquetel | [f/editoracoquetel](#) | [i/coquetel](#)

ASSINE AGORA! www.coquetel.com.br

Solução anterior

S	C	D	B	
E	V	A	P	O
R	A	Z	A	R
D	L	P	A	R
P	O	P	M	A
R	E	B	O	C
G	A	L	E	T
D	E	B	I	T
R	O	D	O	U
S	O	N	O	A
U	D	M	R	A
O	P	E	R	A
A	A	M	E	T

Mensagem do Dia

Não repreenda o zombador, caso contrário ele o odiará; repreenda o sábio, e ele o amará. Instrua o homem sábio, e ele será ainda mais sábio; ensine o homem justo, e ele aumentará o seu saber. O temor do Senhor é o princípio da sabedoria, e o conhecimento do Santo é entendimento.

Provérbios 9:8-10

PREVISÃO DO TEMPO

Quinta 14/3/2024
Sol

Sexta 15/3/2024
Sol

Sábado 16/3/2024
Parcialmente nublado com pancadas de chuva

FASES DA LUA

- Nova 10/03 - 06h02
- Crescente 17/03 - 01h11
- Cheia 25/03 - 04h01
- Minguante 02/04 - 00h15

Maringá max 35 min 25	Londrina max 35 min 21
Cascavel max 33 min 22	Paranaguá max 28 min 22
Foz do Iguaçu max 35 min 24	Curitiba max 30 min 17

Loterias

Lotofácil concurso: 3052
02 03 04 08 09 10 11 14
15 18 19 20 21 23 24

Megasena concurso: 2699
09 23 31 49 54 58

Dupla sena concurso: 2641
1º sorteio: 03 06 08 13 44 45
2º sorteio: 01 11 38 44 45 46

Quina concurso: 6389
08 16 17 63 75

Lotomania concurso: 2596
1º prêmio: 73.498
2º prêmio: 00.639
3º prêmio: 32.488
4º prêmio: 02.812
5º prêmio: 18.017

Timemania concurso: 2065
05 15 18 20 64 73 77
TIME DO ATLÉTICO-GO

Dia de Sorte concurso: 886
01 06 08 11 15 18 22
MÊS DA SORTE: JULHO

Super Sete COLUNAS concurso: 519
01 08 07 03 08 00 05

NOSSOS RESULTADOS SÃO INFORMATIVOS E NÃO SUBSTITUEM OS RESULTADOS OFICIAIS

Em março: Smart City, Festa do Peão e a Páscoa movimentam turismo no Paraná

Curitiba - Duas importantes feiras com foco em destinos turísticos inteligentes integram o calendário de eventos da segunda quinzena do mês de março no Paraná. Ambas serão realizadas em Curitiba, com apoio do Governo do Estado. O mês tem também tradicional festa popular no Interior do Estado e evento relacionado à Semana Santa.

Com participantes de outros países, a Feira Internacional de Destinos Inteligentes (FIDI) tem início neste domingo (17) e a expectativa é reunir mais de mil pessoas em três dias, até a próxima terça-feira (19). A edição deste ano da FIDI marca o retorno do evento no formato presencial. A última edição foi realizada de forma virtual, em 2020, em plena pandemia da Covid-19.

Os participantes da FIDI 2024 terão a oportunidade de vivenciar 10 circuitos temáticos, definidos para percorrer

a cidade e realizar diversas atividades. Haverá visitas nos seguintes espaços: Memorial de Curitiba, Teatro Memorial de Curitiba, Casa Hoffman, Biblioteca Pública do Paraná, Teatro Universitário, Cine Passeio Luz, Cine Passeio Ritz, Cursos Sala de Cinema Passeio, Cinema Passeio Valêncio Xavier, Associação Comercial do Paraná, Cinema Passeio e Terraço Passeio e Palácio da Liberdade.

Em seguida, já no dia 20 (quarta-feira), começa o Smart City, maior evento de cidades inteligentes do Brasil, com a expectativa de reunir mais de 15 mil pessoas. Esta será a 5ª edição, com o tema "Reinventando cidades para todos". O tema estimula o debate e reflexão sobre o reinventar as cidades para torná-las mais sustentáveis e eficientes, contemplando soluções tecnológicas. Além disso, o evento oferece oportu-

nidades de networking, apresentação de projetos inovadores e troca de conhecimento entre os participantes.

O evento acontece de 20 a 22 de março no Centro de Eventos Positivo, no Parque Barigui, reunindo representantes do setor público, empresas, universidades e sociedade civil. Em 2023 o potencial de negócios gerados a partir da feira foi de R\$ 150 milhões.

INTERIOR E LITORAL

O calendário turístico de março ainda tem festas tradicionais que alavancam o setor no Interior. O Paraná é palco da Festa do Peão de Boiadeiro na cidade de Colorado, no Noroeste, entre os dias 15 e 24 de março. Considerada a Capital do Rodeio no Paraná, a cidade de sedia anualmente o maior Rodeio do Sul e um dos cinco mais importantes do calendário nacional. Ela envolve as modalidades Montaria em



Cutiano (cavalos), Montaria em Touros e prova dos Três Tambores.

No turismo religioso, Arapongas, na região Norte, reunirá fiéis para o evento Paixão de Cristo – Mãe do Céu, (dia 24), que reúne milhares de pessoas para o espetáculo de teatro da cidade. No Litoral, nos dias 23 e 24, o Adora Antonina reúne fiéis da Assembleia de Deus para um grande festival de música e adoração.

No segmento de negócios outro pilar do mês será a Expovest Outono/Inverno em

Cianorte, no Noroeste, entre os dias 24 e 29 de março. É a maior feira atacadista de moda de pronta entrega do Sul, com desfile das tendências da estação.

CONVENÇÃO

Entre os dias 17 e 21 de março, os destinos turísticos do Paraná serão apresentados na Convenção Schultz 2024, em Maceió (Alagoas). O encontro reúne operadores de viagem espalhados por todo o Brasil, que atuam com diversos segmentos do setor.

NOTÍCIA BOA PARANÁ

Notícias que fazem o Paraná avançar cada vez mais.



BANCO DE ALIMENTOS COMIDA BOA CHEGOU À MÉDIA MENSAL DE

440 TONELADAS

de alimentos distribuídos por mês

Os alimentos são **distribuídos gratuitamente** para zerar o desperdício nos Ceasas.



PROGRAMA GANHANDO O MUNDO ABRE

1200 VAGAS DE INTERCÂMBIO PARA ESTUDANTES DA REDE ESTADUAL

E **200 vagas** para diretores.

Para mais informações, acesse: parana.pr.gov.br ou [governoparana](https://www.instagram.com/governoparana).

Paraná. Terra de gente que trabalha e cuida.

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO